

FACULDADE UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE

DIRETORIA

CONSELHO SUPERIOR - CONSU

RESOLUÇÃO Nº 042, DE 1º DE JUNHO DE 2023¹

*Aprova a atualização do Regimento da
Instituição*

O Presidente do Conselho Superior, diretor da Faculdade UNA de Conselheiro Lafaiete, professor **Eduardo Oliveira França**, no uso de suas atribuições regimentais e;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum*, do Conselho Superior – CONSU, a atualização do **Regimento** da Instituição, integrante desta Resolução como anexo.

Parágrafo único: o documento que se refere o caput do artigo, deverão ser disponibilizados em meio eletrônico, para conhecimento de toda comunidade acadêmica.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.



EDUARDO OLIVEIRA FRANÇA

DIRETOR DA

FACULDADE UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE

¹ Resolução republicada após aprovação e relato em ata na reunião do referido órgão colegiado realizada no dia 29 de novembro de 2023.

FACULDADE UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE

REGIMENTO

Conselheiro Lafaiete / MG
2023

A large, abstract blue graphic in the bottom-left corner, consisting of thick, overlapping lines that form a stylized, continuous shape.

SUMÁRIO

TÍTULO I	7
DA INSTITUIÇÃO, DOS SEUS OBJETIVOS E DO SEU RELACIONAMENTO COM A ENTIDADE MANTENEDORA	7
CAPÍTULO I.....	7
DA INSTITUIÇÃO E DOS SEUS OBJETIVOS.....	7
CAPÍTULO II.....	8
DA ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	8
CAPÍTULO III.....	9
DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO.....	9
CAPÍTULO IV.....	9
DA ENTIDADE MANTENEDORA.....	9
<i>Seção I</i>	10
<i>Da Tesouraria e da Controladoria</i>	10
<i>Seção II</i>	10
<i>Dos Serviços Especializados de Comunicação e Marketing, de Pessoal e de Segurança</i>	10
<i>Seção III</i>	10
<i>Dos Serviços Gerais</i>	10
TÍTULO II	11
DA ADMINISTRAÇÃO	11
CAPÍTULO I.....	11
DOS ÓRGÃOS GERAIS.....	11
CAPÍTULO II.....	12
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	12
<i>Seção I</i>	12
<i>Das Disposições Gerais</i>	12
<i>Seção II</i>	14
<i>Do Conselho Superior - CONSU</i>	14
<i>Seção III</i>	15
<i>Da Comissão Própria de Avaliação - CPA</i>	15
<i>Seção IV</i>	17
<i>Do Núcleo Docente Estruturante - NDE</i>	17
<i>Seção V</i>	19
<i>Do Colegiado de Curso - COLEC</i>	19
<i>SEÇÃO VI</i>	20
<i>Do CONSELHO DE CLASSE</i>	20
CAPÍTULO III.....	21
DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA.....	21
<i>Seção I</i>	21
<i>Da Diretoria</i>	21
<i>Seção II</i>	23
<i>Das Coordenações de Cursos</i>	23
<i>Seção III</i>	25
<i>De Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	25
<i>Seção IV</i>	26
<i>Da Educação a Distância - EAD</i>	26
<i>Seção V</i>	27
<i>Da Pós-graduação</i>	
CAPÍTULO IV.....	

DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES	28
<i>Seção I</i>	28
<i>Da Biblioteca</i>	28
<i>Seção II</i>	29
<i>Da Secretaria Acadêmica</i>	29
CAPÍTULO V	30
DOS ÓRGÃOS INTERNOS ESPECÍFICOS E/OU ASSESSORIAS	30
<i>Seção I</i>	30
<i>Do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI)</i>	30
<i>Seção II</i>	30
<i>Da Ouvidoria</i>	30
<i>Seção III</i>	31
<i>Da Comissão Disciplinar Processante</i>	31
<i>Seção IV</i>	32
<i>Do Comitê de Horário Coletivo</i>	32
<i>Seção V</i>	33
<i>Do Comitê Acadêmico Multiinstitucional</i>	33
TÍTULO III	33
DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	33
CAPÍTULO I	33
DAS MODALIDADES DOS CURSOS	33
<i>Seção I</i>	33
<i>Da Modalidade Presencial</i>	33
<i>Seção II</i>	34
<i>Da Modalidade de Educação a Distância (EAD)</i>	34
CAPÍTULO II	35
DA NATUREZA DOS CURSOS E DOS PROGRAMAS OFERECIDOS	35
<i>Seção I</i>	35
<i>Do Ensino</i>	35
<i>Seção II</i>	39
<i>Da Extensão</i>	39
CAPÍTULO III	40
DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS	40
<i>Seção I</i>	40
<i>Da Composição Curricular</i>	40
<i>Seção II</i>	41
<i>Dos Planos de Ensino</i>	41
TÍTULO IV	42
DO REGIME ACADÊMICO	42
CAPÍTULO I	42
DO CALENDÁRIO ACADÊMICO	42
CAPÍTULO II	43
DO PROCESSO SELETIVO	43
CAPÍTULO III	44
DOS OUTROS TIPOS DE INGRESSO NOS CURSOS	44
<i>Seção I</i>	44
<i>Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM</i>	44
<i>Seção II</i>	
<i>Retorno</i>	
<i>Seção III</i>	
<i>Destrancamento</i>	
<i>Seção IV</i>	45

Obtenção de Novo Título.....	45
Seção V	46
Unidade Curricular Isolada	46
Seção VI	46
Transferências	46
CAPÍTULO IV.....	48
DAS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS	48
CAPÍTULO V.....	50
DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA.....	50
CAPÍTULO VI.....	51
DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA	51
CAPÍTULO VII.....	52
DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	52
Seção I	53
Da Discordância de Aproveitamento de Estudos.....	53
CAPÍTULO VIII.....	53
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR	53
Seção I.....	54
Da Prova Substitutiva – Avaliação Integrada	54
Seção II	55
Da Revisão de Prova.....	55
TÍTULO V	55
DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO.....	55
CAPÍTULO I.....	55
DO PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO GERAL DO ENSINO E DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	55
CAPÍTULO III.....	56
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DA MONOGRAFIA	56
TÍTULO VI	57
DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	57
CAPÍTULO I.....	57
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	57
CAPÍTULO II.....	57
DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES	57
Seção I.....	57
Da Constituição.....	57
Seção II	58
Dos Critérios de Seleção	58
Seção III.....	58
Dos Direitos	58
Seção IV	58
Dos Deveres Fundamentais do Corpo Docente	58
Seção V	59
Dos Deveres Fundamentais do Corpo de Tutores.....	59
Seção VI	60
Do Regime de Trabalho.....	
CAPÍTULO III.....	
DO CORPO DISCENTE.....	
Seção I.....	
Da Constituição.....	61
Seção II	61
Dos Direitos e Deveres.....	61
Seção III.....	63

<i>Da Representação Estudantil</i>	63
<i>Seção IV</i>	64
<i>Da Monitoria</i>	64
<i>Seção V</i>	65
<i>Da Assistência ao Estudante</i>	65
<i>SEÇÃO VI</i>	65
<i>DA ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA DOMICILIAR</i>	65
<i>Seção VII</i>	66
<i>Dos Prêmios</i>	66
CAPÍTULO IV	66
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	66
<i>Seção I</i>	66
<i>Da Constituição</i>	66
<i>Seção II</i>	66
<i>Dos Direitos e Deveres</i>	66
TÍTULO VII	67
DO REGIME DISCIPLINAR	67
CAPÍTULO I	67
DISPOSIÇÕES GERAIS	67
CAPÍTULO II	70
DAS INFRAÇÕES	70
CAPÍTULO III	73
DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE	73
CAPÍTULO IV	74
DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE	74
CAPÍTULO V	75
DAS PENAS APLICÁVEIS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	75
CAPÍTULO VI	76
DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	76
CAPÍTULO VII	76
DO PROCESSO DISCIPLINAR	76
CAPÍTULO VIII	78
DOS RECURSOS	78
TÍTULO VIII	80
DO GRAU, DA COLAÇÃO DE GRAU, DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS HONORÍFICOS	80
CAPÍTULO I	80
DO GRAU	80
CAPÍTULO II	80
DA COLAÇÃO DE GRAU	80
CAPÍTULO III	81
DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS	
CAPÍTULO IV	
DOS TÍTULOS HONORÍFICOS	
TÍTULO IX	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	82

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, DOS SEUS OBJETIVOS E DO SEU RELACIONAMENTO COM A ENTIDADE MANTENEDORA

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DOS SEUS OBJETIVOS

Art. 1 - A Faculdade UNA de Conselheiro Lafaiete, com sede na Rua Melvin Jones, nº 90 – Bairro, Conselheiro Lafaiete – MG, CEP 36400-107, é um estabelecimento de Ensino Superior com limite de atuação territorial circunscrito ao município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, mantido pelo IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A, pessoa Jurídica de Direito Privado com Fins Lucrativos - Sociedade Civil, sob CNPJ n.º 08.446.503/0001-05, NIRE 3130002907-7 com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, conforme Contrato Social registrado sob nº 6920675, em 10/07/2018 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, protocolo nº 183743741, de 09/07/2018.

Art. 2 - A Instituição rege-se por este Regimento, pelo Estatuto da Mantenedora e pela legislação pertinente.

Art. 3 - São objetivos da Instituição:

- I. Conscientizar a comunidade interna e externa sobre os direitos e deveres da pessoa humana, da família, da sociedade e do Estado;
- II. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- III. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- IV. Incentivar o trabalho de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VII. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição;
- IX. Promover o espírito de solidariedade entre as pessoas, procurando soluções para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, na busca da integração com o meio ambiente;
- X. Promover a formação crítica e autônoma do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Art. 4 - Para o desempenho de suas funções, a Instituição deverá assegurar plena liberdade para o estudo e a extensão, possibilitando, sempre que possível, a efetiva participação de todos os cidadãos no processo educacional, com vistas a promover a equidade necessária à formação da cidadania, bem como a integração escola-comunidade.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art. 5 - A IES está organizada com observância dos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e administração;
- II. Estrutura orgânica composta de cursos, vinculados à administração superior;
- III. Racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;

- IV. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 6 - O patrimônio colocado a serviço da IES é administrado nos termos da Lei, deste Regimento e das Resoluções específicas estabelecidas pela Mantenedora.

Art. 7 - Os recursos financeiros da Instituição são obtidos por meio de:

- I. Dotações financeiras da Mantenedora;
- II. Mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos cobrados do corpo discente;
- III. Rendas provenientes da atividade industrial e da prestação de serviços;
- IV. Subvenções, auxílios, contribuições, doações e verbas a ela destinados, por instituições públicas ou privadas, por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V. Renda de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

§ 1 - O exercício contábil coincide com o ano civil.

§ 2 - Os recursos gerados ou obtidos pela Instituição serão utilizados na consecução de seus objetivos, assegurando à mantida a gestão dos recursos previstos em seu orçamento.

CAPÍTULO IV

DA ENTIDADE MANTENEDORA

Art. 8 - A Entidade Mantenedora é responsável pela IES perante as autoridades públicas e o público em geral, incumbindo-se de tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e deste Regimento, a liberdade dos Corpos Docente e Discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Art. 9 - Compete à Entidade Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento das atividades da IES, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe

os suficientes recursos financeiros de custeio, assim como o pessoal docente e administrativo, sempre com vistas à consecução dos objetivos institucionais previstos neste Regimento.

§ 1º - À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária e financeira da Instituição, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor da Instituição.

§ 2º - À Mantenedora é assegurado o poder de vetar deliberação do colegiado máximo ou órgão administrativo que implique aumento de despesa.

SEÇÃO I

DA TESOURARIA E DA CONTROLADORIA

Art. 10 - Os encargos de Tesouraria e Controladoria da IES são exercidos pela Entidade Mantenedora, à qual compete à arrecadação dos rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas e a cobertura das despesas realizadas, de acordo com o orçamento aprovado para o exercício.

SEÇÃO II

DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COMUNICAÇÃO E MARKETING, DE PESSOAL E DE SEGURANÇA

Art. 11 - Os serviços de comunicação e marketing e de gestão de pessoas realizam-se sob a responsabilidade da Entidade Mantenedora, funcionando a Instituição como fiscalizador da execução, do atendimento e da qualidade dos serviços oferecidos.

SEÇÃO III

DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 12 - As atividades de Serviços e Manutenção e de Suporte e Informática, realizam-se sob a responsabilidade da Entidade Mantenedora, tendo o Diretor de Campus a função de gerenciar o funcionamento e a qualidade dos serviços oferecidos.

TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS GERAIS

Art. 13 - A administração da IES é exercida pelos seguintes órgãos:

I - Colegiados:

- a) Conselho Superior - CONSU;
- b) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- c) Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- d) Colegiado de Curso;
- e) Conselho de Classe (para Medicina).

II - Diretoria:

- a) Diretor
- b) Coordenadores de Curso;
- c) Titular de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) Titular da Educação a Distância - EAD;
- e) Titular de Pós-Graduação;

III - Órgãos Suplementares:

- a) Secretaria Acadêmica;
- b) Biblioteca;

IV - Órgãos Internos Específicos e/ou Assessorias:

- a) Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão - NAPI;
- b) Ouvidoria;
- c) Comissão Disciplinar Processante;
- d) Comitê de Horário Coletivo;
- e) Comitê Acadêmico Multiintitucional.

§ 1º - Na execução de seus trabalhos, a Direção da Instituição poderá contar com órgãos de apoio acadêmico.

§ 2º - Caberá aos órgãos colegiados de ensino e pesquisa da IES a deliberação sobre o conjunto de atividades essenciais para a vida acadêmica consubstanciados nos artigos 53 e 54 da LDB, respeitadas a legislação pertinente e as diretrizes educacionais.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - Os órgãos colegiados funcionam e deliberam com a presença da maioria simples de seus membros, decidindo também por maioria simples de votos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 15 - As decisões são tomadas por votação simbólica, podendo ainda, a juízo do presidente ou por termo legal, ser tomadas por voto nominal ou secreto.

Art. 16 - Não é permitido voto por procuração.

Art. 17 - Todos os membros dos órgãos colegiados têm direito a voz e voto.

Parágrafo único - Apenas os Presidentes dos órgãos colegiados têm direito aos votos ordinários e de qualidade, este exercido nos casos de empate e restrito à votação não secreta.

Art. 18 - Nos casos de ausência do Presidente nato do órgão e de seu substituto regimental, as reuniões dos colegiados realizam-se sob a Presidência, pela ordem, do professor membro de categoria docente mais elevada, e mais antigo no magistério na Instituição e, persistindo o empate, do mais idoso dentre os empatados.

Parágrafo único - Havendo eventual substituição de algum dos membros nos órgãos colegiados da Instituição, o substituto regimental cumprirá mandato “tampão” até o tempo previsto para o representante anterior.

Art. 19 - Nenhum membro de colegiado poderá votar em assunto de seu interesse pessoal.

Art. 20 - Por decisão do Plenário, o CONSU pode conservar em sigilo, restrito a seu âmbito, qualquer discussão ou deliberação.

Art. 21 - O Conselho Superior - CONSU poderá contar com Câmaras Assessoras, conforme indicação, composição e finalidade estabelecidas pelo Presidente do CONSU.

Parágrafo único. As Câmaras são órgãos que assessoram ou subsidiam o órgão colegiado em suas decisões, emitindo pareceres relativos às suas áreas de atuação, e podendo tomar decisões finais em casos definidos pelo CONSU.

Art. 22 - Os órgãos colegiados, nos termos legais, poderão convocar reuniões ordinárias, extraordinárias ou solenes, a juízo de seu ou sua Presidente.

Art. 23 - As reuniões solenes realizam-se independentemente do número de presentes, por convocação do presidente do órgão, sem necessidade de pauta prévia.

Art. 24 - A convocação para as reuniões ordinárias, feitas por correspondência eletrônica com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas é de competência do Presidente do órgão colegiado, podendo este, reduzir o prazo para a convocação em casos de urgência.

§ 1º - As reuniões extraordinárias serão convocadas, por correspondência eletrônica, pelo Presidente do órgão, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria dos membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, esse prazo ser reduzido em casos de urgência.

§ 2º - As convocações para reuniões sejam elas ordinárias ou extraordinárias, devem indicar a pauta dos trabalhos, a não ser em assuntos sigilosos, a juízo da Presidência respectiva.

§ 3º - Das reuniões são lavradas Atas pelo Secretário designado, as quais devem ser aprovadas pelos membros presentes, na reunião seguinte.

Art. 25 - Sempre que houver interesse manifesto, a seu juízo, a representação estudantil pode fazer-se assessorar por um aluno, por ela escolhido, com direito a voz, mas não a voto.

Art. 26 - É vedado aos órgãos colegiados tomar conhecimento de indicações, propostas ou requerimentos de ordem pessoal, que não se relacionem diretamente com os problemas que lhe sejam atinentes, ou que não representem interesse da Instituição de Ensino.

Art. 27 - As deliberações de órgãos colegiados, que tenham sentido normativo, assumirão forma de resolução, que será assinada pelo presidente do órgão e divulgada nos meios de comunicação disponíveis.

Art. 28 - O Presidente do órgão colegiado poderá convidar membros da Instituição ou da Sociedade em geral, para participarem das reuniões dos órgãos, a título de assessoria, visita, ou para deliberações específicas da pauta, com direito à voz e não a voto.

SEÇÃO II

DO CONSELHO SUPERIOR - CONSU

Art. 29 - O Conselho Superior - CONSU, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa da IES, constituído:

- I. Pelo **Diretor de Unidade**, seu Presidente;
- II. Pelo Titular de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III. Pelo Presidente da **CPA**;
- IV. Pelo Titular do **Ensino a Distância**;
- V. Pelo Titular de **Pós-Graduação**;
- VI. Por um (1) Coordenador de **Graduação**;
- VII. Por um (1) representante do corpo **docente** da graduação presencial;
- VIII. Por um (1) representante do **docente tutor ou tutor online** (quando for o caso);
- IX. Por dois (2) representantes do corpo **discente**, sendo um da graduação presencial e outro da graduação a distância ou da pós-graduação, quando for o caso;
- X. Por 1 (um) representante da **Entidade Mantenedora**;
- XI. Por 1 (um) representante do corpo **técnico-administrativo**;
- XII. Por 1 (um) representante da **sociedade civil** organizada.

§ 1º. Os membros do CONSU são designados pela Diretoria, para mandato por tempo indeterminado, sendo exonerados automaticamente quando da substituição dos membros;

§ 2º. Os representantes com vínculo contratual com a IES serão exonerados automaticamente também na hipótese de rompimento com a Instituição.

§ 3º. O representante do corpo discente deve ser escolhido entre os estudantes regularmente matriculados, em ordem de prioridade, pelo Diretório Central de Estudantes - DCE -, ou pelos Diretórios Acadêmicos - DAs -, ou Centros Acadêmicos - CAs -, regularmente constituídos, ou ainda, na sua inexistência, pelos representantes de turmas, permitida recondução que se dará de forma imediata.

§ 4º. Não existindo na estrutura da IES algum dos órgãos representados no CONSU, ficam os seus representantes excluídos de sua composição, até que seja atualizado o Regimento.

§ 5º. No caso de vacância, a Diretoria indicará o substituto para qualquer um dos componentes.

Art. 30 - O CONSU reúne-se ordinariamente, 1(uma) vez por semestre, mediante convocação do seu Presidente e, em caráter extraordinário, quando convocado pela mesma autoridade, por iniciativa própria, ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As reuniões do CONSU devem ser secretariadas por funcionário indicado pela Diretoria para este fim.

§ 2º - As deliberações serão registradas em ata, que será assinada de acordo com as prerrogativas previstas em normativa própria, para posterior divulgação.

§ 3º - Para todos os fins legais, caso as reuniões sejam realizadas via plataforma digital, disponibilizada pela IES, as atas poderão ser assinadas por meio de certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

Art. 31 - As atribuições e normas de funcionamento do CONSU estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Art. 32 - A Comissão Própria de Avaliação - CPA - é o órgão responsável por planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a política de Avaliação Institucional definida na legislação pertinente, bem como coordenar e articular o processo interno de

autoavaliação institucional, sistematizando e disponibilizando informações e dados sobre a avaliação realizada ao Ministério da Educação - MEC - e definindo ações a serem tomadas pela IES, conforme os resultados obtidos nas avaliações.

Art. 33 - A Comissão Própria de Avaliação - CPA será constituída por membros representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, os quais são indicados e nomeados por portaria, pela Diretoria da Instituição, por tempo indeterminado.

Art. 34 - Deverão compor a CPA:

- I. Presidente, docente vinculado a um dos cursos da IES, ou técnico administrativo vinculado a IES;
- II. 1 (um) representante do corpo docente, vinculado a um dos cursos da IES;
- III. 1 (um) representante do corpo discente, vinculado a um dos cursos da IES;
- IV. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo; e
- V. 1 (um) representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Instituição

§ 1º - O representante discente deverá estar regularmente matriculado e frequentando as aulas. O mesmo será indicado pelo órgão de representação estudantil e, na ausência deste, o estudante será eleito entre os representantes de turma.

§ 2º - Fica vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.

§ 3º - Em caso de desistência, perda de mandato, renúncia ou morte de algum representante, o presidente da CPA terá autonomia para indicar o novo membro, devendo comunicar ao Diretor (a) para as devidas formalidades.

Art. 35 - A CPA se reunirá, em sessão ordinária, no mínimo, 1 (uma) vez por semestre, mediante convocação de seu Presidente, ou em caráter extraordinário, quando convocado pela mesma autoridade ou a requerimento de 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) de seus membros, de forma presencial ou por videoconferência.

Parágrafo Único. Para todos os fins legais, caso as reuniões sejam realizadas via plataforma digital, disponibilizada pela IES, as atas poderão ser assinadas por meio de

certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

Art. 36 - As atribuições e normas de funcionamento da CPA estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

Parágrafo Único: A Presidência da CPA exercerá a função de ouvidor com atribuições conforme regulamento próprio da ouvidoria.

Art. 37 - A CPA terá autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes na Instituição.

SEÇÃO IV

DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Art. 38 - O Núcleo Docente Estruturante - NDE - constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Art. 39 - O NDE é constituído pelos seguintes membros, resguardado o que dispõem os instrumentos de avaliação de curso e normas do Ministério da Educação para cursos específicos, se for o caso.

- I. O Coordenador deve compor o NDE do seu curso, que tem voto de qualidade e comum;
- II. Mínimo de 05 membros, vinculados às unidades curriculares do curso ou em outras atividades ligadas ao curso, e dentre os quais, preferencialmente, pelo menos 02 membros formados na área de conhecimento do curso.

§ 1º - A nomeação dos membros do NDE será formalizada por Ato da Diretoria, para atuação por tempo indeterminado, sendo exonerados automaticamente quando da sua substituição.

§ 2º - O presidente do NDE não precisa ser, necessariamente, o Coordenador do Curso, podendo ser um dos demais membros do núcleo com formação na área de conhecimento do curso, indicado pelo Coordenador.

§ 3º - O NDE deverá ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) em tempo integral.

§ 4º - O NDE deverá ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

§ 5º. Para os cursos de Medicina autorizados via edital do Programa Mais Médicos, o NDE deverá ter 100% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e um dos membros deverá ter especialização em Medicina de Família e Comunidade. Todos os membros deverão ser graduados em Medicina.

§ 6º. Os docentes que compõem o NDE devem ser, preferencialmente, diferentes dos docentes nomeados para o Colegiado do Curso.

Art. 40 - O NDE se reunirá, no mínimo, 1 (uma) vez por semestre, mediante convocação do Coordenador do Curso e, em caráter extraordinário, quando convocado pela mesma autoridade ou a requerimento de 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) de seus membros.

§ 1º - O NDE funcionará com a presença de metade mais um de seus membros, e suas decisões, ressalvados os casos expressos no Estatuto da IES e neste Regimento, serão tomadas por, no mínimo, 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos dos presentes.

§ 2º - Para todos os fins legais, caso as reuniões sejam realizadas via plataforma digital, disponibilizada pela IES, as atas poderão ser assinadas por meio de certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

Art. 41 - As atribuições e normas de funcionamento do NDE estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO V

DO COLEGIADO DE CURSO - COLEC

Art. 42 - A IES terá um Colegiado de Curso para cada um dos cursos de bacharelado, de licenciatura e de tecnologia em funcionamento.

Art. 43 - O Colegiado de Curso, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva da gestão acadêmica do curso é composto pelos seguintes membros efetivos:

- I. O coordenador do Curso, que tem voto de qualidade e comum;
- II. 3 (três) representantes do corpo docente do curso;
- III. 1 (um) representante do corpo discente, regularmente matriculado no curso.

§ 1º - A nomeação dos membros do COLEC será formalizada por Ato da Diretoria para atuação por tempo indeterminado, sendo exonerados automaticamente quando da substituição dos membros.

§ 2º - O presidente do COLEC não precisa ser, necessariamente, o Coordenador do Curso.

§ 3º - Os representantes docentes serão exonerados automaticamente também na hipótese de rompimento do seu vínculo contratual com a Instituição.

§ 4º - Os representantes discentes serão destituídos automaticamente na hipótese de abandono ou cancelamento de matrícula, bem como de conclusão do curso superior.

Art. 44 - O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por semestre, mediante convocação do presidente e, em caráter extraordinário, quando convocado pela mesma autoridade ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - O COLEC funcionará no mínimo com a presença da metade mais um de seus membros, e suas decisões, ressalvados os casos expressos neste Regimento, serão tomadas por 2/3 (dois terços) de votos dos presentes.

§ 2º - Para todos os fins legais, caso as reuniões sejam realizadas via plataforma digital, disponibilizada pela IES, as atas poderão ser assinadas por meio de certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

Art. 45 - As atribuições e normas de funcionamento do COLEC estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO VI DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 46 – O Conselho de Classe da IES será exclusivo para o curso de Medicina.

Art. 47 – O Conselho de Classe para o curso de Medicina, é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico e no Regimento sendo composto pelos seguintes membros:

- I. Pelo coordenador do Curso, seu moderador, que tem voto de qualidade e comum;
- II. O coordenador adjunto, quando houver, do curso de Medicina;
- III. Os docentes vinculados em unidades curriculares ministradas no período letivo.

§ 1º. Convidados eventuais poderão participar da discussão de assuntos específicos, incluindo os representantes estudantis de turmas.

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho de Classe será coincidente com o exercício da função de responsável por unidade curricular no curso de Medicina.

Art. 48 – O Conselho de Classe do curso de Medicina reúne-se periodicamente, no momento de virada de Ciclos de Aprendizagem, podendo reunir-se extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário.

Art. 49 – Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias com antecedência mínima de 24 horas.

Art. 50 – Todos os membros do Conselho de Classe devem comparecer às reuniões e participar ativamente das discussões e votações.

Art. 51 – O Conselho de Classe deve manter registros precisos das reuniões, incluindo as decisões tomadas e as votações.

Art. 52 – As normas de funcionamento do Conselho de Classe do Curso de Medicina ficam regulamentadas em normativa própria complementar a este Regimento.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

SEÇÃO I

DA DIRETORIA

Art. 53 - A Diretoria é o órgão superior executivo da IES, composta pelos Coordenadores de Curso, Titular de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelos órgãos de apoio e assessoria criados pelo Diretor.

Art. 54 - O Diretor, com comprovada experiência acadêmica e profissional, é escolhido, designado e empossado pela Entidade Mantenedora, para mandato por tempo indeterminado.

§ 1º - Em sua falta ou impedimento, o Diretor será substituído por um profissional indicado pela Entidade Mantenedora, que o sucederá em caso de vacância, até novo provimento.

§ 2º - Embora haja indicação de mandato para o Diretor, este exerce cargo de confiança da Entidade Mantenedora, podendo ser afastado a qualquer tempo, observadas as disposições pertinentes da Mantenedora e deste Regimento.

§ 3º - De acordo com as necessidades da Instituição e com as disponibilidades financeiras, o Diretor poderá requisitar assessores para auxiliar a Diretoria na solução de problemas de ordem jurídica, administrativa e pedagógica.

Art. 55 - Compete ao Diretor:

- I. Cumprir e fazer cumprir as normas deste Regimento, do CONSU e do Colegiado dos Cursos;
- II. Representar a Instituição interna e externamente, perante pessoas e instituições públicas ou privadas, em juízo ou fora dele, no âmbito de sua competência ou por delegação da Mantenedora;
- III. Superintender todo o serviço administrativo da Instituição;
- IV. Prover a manutenção da ordem e disciplina no âmbito institucional, respondendo por abuso ou omissão;
- V. Aplicar sanções, na forma deste Regimento;
- VI. Conferir grau e assinar diplomas expedidos pela Instituição;

- VII. Orientar a elaboração do Calendário Acadêmico, respeitada a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;
- VIII. Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos horários e programas;
- IX. Indicar o Secretário Acadêmico e o Bibliotecário da Instituição;
- X. Prestar as informações solicitadas pela Entidade Mantenedora e dar cumprimento às suas determinações no campo específico de sua competência;
- XI. Propor à Entidade Mantenedora a admissão, distribuição e dispensa de pessoal;
- XII. Entender-se com a Entidade Mantenedora, na forma deste Regimento;
- XIII. Indicar os Coordenadores de Curso;
- XIV. Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos Coordenadores de Curso, estipuladas neste Regimento;
- XV. Organizar férias e licenças regulamentares do corpo técnico-administrativo da Instituição;
- XVI. Decidir, em conjunto com a Coordenação de Curso, ouvido o Colegiado de Curso, sobre a admissão e demissão do pessoal docente;
- XVII. Propor modificações ou adaptações neste Regimento;
- XVIII. Decidir, em grau de recurso, atos dos Coordenadores de Curso;
- XIX. Orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos Coordenadores de Curso;
- XX. Aprovar manuais e guias da Instituição;
- XXI. Aprovar editais dos processos seletivos, suas normas e providências;
- XXII. Aprovar modificações dos Projetos Pedagógicos de Cursos;
- XXIII. Deliberar sobre questões relativas ao rendimento escolar;
- XXIV. Aprovar planos experimentais de ensino e de verificação do rendimento escolar;
- XXV. Fiscalizar a execução do regime didático, o cumprimento de programas de ensino e das atividades de extensão.

Parágrafo único. Nos casos de ausências do Diretor, as cerimônias de colação de grau serão presididas pelo colaborador designado para esta função, cabendo ao escolhido conferir o grau aos concluintes do curso

Art. 56 - Em caso de manifesta urgência, o Diretor poderá adotar medidas que se impuserem, mesmo quando não previstas neste Regimento, *ad referendum* do CONSU.

Art. 57 - Na execução de seus trabalhos, a Direção da Instituição poderá contar com órgãos de apoio acadêmico e financeiro, para atendimento dos candidatos e estudantes.

Tais órgãos devem articular-se com a Secretaria Acadêmica em assuntos que envolvam registro e controle de estudantes.

SEÇÃO II

DAS COORDENAÇÕES DE CURSOS

Art. 58 - A Coordenação de Curso é o órgão executivo que superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades acadêmicas e administrativas do curso, no âmbito de sua competência.

Art. 59 - A Coordenação de Curso é designada pelo Diretor da Instituição, para mandato por tempo indeterminado e escolhido mediante processo seletivo.

Art. 60 - Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Compor o NDE e o Colegiado do Curso que coordena, conforme nomeação da Diretoria;
- II. Participar, com direito a voz e voto, das reuniões do CONSU e do Colegiado dos Cursos;
- III. Organizar e controlar a execução de todo o serviço administrativo da Coordenação;
- IV. Executar e fazer executar as decisões dos Órgãos Colegiados e do Diretor, aplicáveis à Coordenação;
- V. Conhecer dos recursos de natureza didático-científicos, de alunos contra atos de professores, encaminhando-os à instância competente;
- VI. Conhecer dos recursos de alunos, de natureza disciplinar, contra atos de professor encaminhando-os à instância competente;
- VII. Acompanhar, junto à Secretaria Acadêmica, os registros das atividades acadêmicas;
- VIII. Pronunciar-se sobre questões suscitadas pelos corpos docente e discente, encaminhando ao dirigente máximo da IES as informações e pareceres relativos aos assuntos atinentes, cuja solução transcenda sua competência;
- IX. Apresentar relatórios das atividades da coordenação à diretoria da IES;

- X. Manter corpo discente informado sobre atividades complementares e de extensão;
- XI. Manifestar-se acerca de assuntos sobre os quais tenha sido consultado pelos órgãos colegiados ou pela diretoria;
- XII. Elaborar e enviar à diretoria da IES, dentro do prazo acordado, plano orçamentário necessário ao bom funcionamento do curso;
- XIII. Coordenar processos de avaliação do curso definidos pela CPA;
- XIV. Manifestar-se sobre pedidos de afastamento, licença e substituição do pessoal docente;
- XV. Proceder ao exame de processos de transferência interna e externa, obtenção de novo título e de aproveitamento de estudos, que lhes forem encaminhados, podendo, se desejar, ouvir os professores das respectivas unidades curriculares;
- XVI. Zelar pelo bom funcionamento dos mecanismos de comunicação e de transparência institucional, tais como a ouvidoria e “fale com a gente” e/ou outros mecanismos que forem instituídos pela diretoria IES;
- XVII. Participar do processo de avaliação e seleção de professores candidatos ao exercício do magistério, quando necessário;
- XVIII. Zelar pela qualidade do curso;
- XIX. Planejar, supervisionar, avaliar e propor reformulações do Projeto Pedagógico;
- XX. Supervisionar as atividades dos professores do curso;
- XXI. Receber e orientar pedidos que inserem a Instituição no contexto internacional por meio de cooperação com outras Instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica (estudantes e professores) e de alunos estrangeiros matriculados na IES;
- XXII. Acompanhar o acesso de estudantes no sistema Ulife de Nivelamento;
- XXIII. Acompanhar as pendências dos possíveis formandos;
- XXIV. Conferir e validar a lista de formandos;
- XXV. Selecionar monitores para os cursos;
- XXVI. Organizar e acompanhar os eventos acadêmicos;

- XXVII. Conferir e atualizar os mapas de sala;
- XXVIII. Cadastrar os horários de aula e responsabilizar-se pelo ensalamento de turma;
- XXIX. Atender aos procedimentos de rematrícula;
- XXX. Realizar o planejamento docente no que tange ao controle do cadastro de disponibilidade;
- XXXI. Acompanhar junto ao docente a elaboração do banco de itens;
- XXXII. Responsabilizar-se pela logística de provas;
- XXXIII. Acompanhar as solicitações de dispensa do Enade para os estudantes irregulares;
- XXXIV. Acompanhar os estudantes regulares inscritos no Enade, observando as questões relacionadas às equivalência e atividades complementares;
- XXXV. Orientar professores e estudantes quanto ao funcionamento das unidades curriculares ofertadas na modalidade EaD;
- XXXVI. Acompanhar a evasão da Unidade;
- XXXVII. Desenvolver outras atividades que lhe forem encaminhadas pelo Diretor.

Parágrafo único - O coordenador de curso poderá contar com o apoio de um ou mais coordenadores pedagógicos de curso no âmbito das funções eminentemente pedagógicas.

SEÇÃO III

DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Art. 61 - A área de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão integrante da Diretoria, superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades acadêmicas ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, iniciação científica e extensão da Instituição, objetivando o bom desempenho e qualidade de seus cursos e programas.

Parágrafo único – A área de Ensino, Pesquisa e Extensão será liderado por um colaborador, designado pela Direção da Instituição, por tempo indeterminado.

Art. 62 - Compete ao Titular de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I. superintender, coordenar, fomentar e fiscalizar a vida acadêmica e as atividades pedagógicas e científicas da Instituição na área de ensino, pesquisa e extensão;
- II. zelar para que, na sua área de atuação, a Instituição não fique privada ou desprovida de recurso de qualquer natureza, necessário ao desenvolvimento de suas atividades em nível de qualidade e excelência;
- III. acompanhar a distribuição do pessoal docente nas respectivas atividades de pesquisa e extensão;
- IV. promover a interligação e integração da sua área com a da Diretoria;
- V. propor à Diretoria a constituição de comissões e assessorias para resolver questões de interesse acadêmico de sua área;
- VI. propor normas ou regulamentos à Diretoria;
- VII. liderar a equipe de coordenadores regionais de área, que dão suporte aos coordenadores de curso para garantia de qualidade acadêmica;
- VIII. desempenhar outras funções e atividades, no âmbito de sua competência ou que, por sua natureza, lhe sejam atribuídas pelo Diretor.

SEÇÃO IV

DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

Art. 63 - A área de Educação a Distância - EAD é responsável por planejar, propor, produzir e realizar cursos, atividades e eventos da Instituição na modalidade de ensino a distância.

Art. 64 - A área de EAD será liderada por um colaborador, designado pela Diretoria da Instituição, por tempo indeterminado.

Art. 65 - São atribuições do Titular da área de EAD:

- I. Apoiar e incentivar a produção de conhecimento em EaD;
- II. Implementar, acompanhar e avaliar cursos na modalidade de educação a distância da IES;
- III. Avaliar e assessorar projetos e experiências na área de EaD da Instituição e de outras IES;
- IV. Realizar a gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância em parceria com os demais setores da IES;
- V. Articular-se com a Equipe Multidisciplinar para o desenvolvimento dos cursos EaD;

- VI. Orientar os acadêmicos da modalidade EaD para que possam aproveitar ao máximo os recursos oferecidos pela IES;
- VII. Oferecer suporte técnico ao modelo acadêmico da Instituição, por meio do desenvolvimento de objetos de aprendizagem, métodos de ensino e ferramentas digitais inovadoras que permitam potencializar tanto o ensino presencial como a distância;
- VIII. Promover a capacitação e formação continuada do corpo de docentes, tutores e técnico-administrativos da Instituição para uso das plataformas e ferramentas digitais como suporte e apoio aos cursos presenciais e para atuação em EaD;
- IX. Desenvolver projetos, cursos e atividades a distância em parceria com outras instituições, submetendo-os à aprovação do CONSU;
- X. Propor a celebração de contrato, convênio ou termo de natureza administrativa e acadêmica para o desenvolvimento e implementação de parcerias com outras instituições para oferta de cursos a distância.

SEÇÃO V

DA PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 66 - A área de Pós-Graduação, órgão executivo, superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades acadêmicas dos cursos de pós-graduação (presencial e a distância), no âmbito de sua competência.

Parágrafo único A área de Pós-Graduação será liderada por um colaborador, designado pela Diretoria da Instituição, por tempo indeterminado.

Art. 67 - Compete ao Titular da Pós-Graduação:

- I. Representar os cursos de pós-graduação na Instituição ou fora dela;
- II. Promover interlocução com o setor produtivo, com entidades da área educacional e conselho profissional relativo ao curso, se for o caso, juntamente com o setor competente;
- III. Acompanhar o perfil dos egressos de modo a subsidiar ações de melhoria de qualidade dos cursos;
- IV. Participar efetivamente do processo de autoavaliação do curso, atendendo as premissas da CPA;
- V. Acompanhar a construção, reconstrução e efetivação dos PPCs;

- VI. Zelar pela qualidade dos cursos;
- VII. Acompanhar a aprendizagem dos alunos em sala de aula ou em estudos autônomos e atividades extraclasse;
- VIII. Coordenar os trabalhos e as atividades dos docentes do curso;
- IX. Monitorar a frequência discente (evasão, trancamento de matrícula, retorno);
- X. Apresentar propostas de programas de capacitação docente;
- XI. Monitorar a frequência docente (faltas, atrasos, substituições, controle da carga horária lecionada);
- XII. Zelar pelo cumprimento do regime acadêmico e dos horários de aula;
- XIII. Pronunciar-se sobre questões suscitadas pelos alunos e professores, encaminhando informações e pareceres aos setores competentes;
- XIV. Acompanhar o processo de matrícula e rematrícula;
- XV. Responder às atividades rotineiras e excepcionais acadêmico-administrativos.

Art. 68 - O Núcleo de Pós-Graduação tem seu Regulamento próprio aprovado pelo CONSU.

Art. 69 - O Titular de Pós-Graduação, em suas ausências, impedimentos ou vacância, será substituído por um membro do corpo docente da Instituição, indicado pela Diretoria da Instituição.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

SEÇÃO I

DA BIBLIOTECA

Art. 70 - A Biblioteca é o órgão de apoio acadêmico responsável pelo acervo bibliográfico, periódico e virtual.

Art. 71 - A Biblioteca é dirigida por um profissional bibliotecário designado pelo Diretor, devendo recair a escolha em profissional habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Biblioteconomia.

Art. 72 - A Biblioteca funcionará diariamente durante o expediente escolar, no mínimo, e, no decorrer das férias, nos horários estabelecidos em seu Regulamento.

Parágrafo único. Cada *campus* poderá manter uma biblioteca específica para atendimento das áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos nele locados.

Art. 73 - A Diretoria poderá criar ou utilizar órgãos de apoio ou subáreas para atendimento específico das demandas da Biblioteca.

Parágrafo único - As atribuições dos órgãos de apoio ou das subáreas serão definidas em ato do Diretor.

Art. 74 - À Biblioteca compete:

- I. atender aos docentes e discentes em suas atividades acadêmicas e a comunidade através de seus diversos Programas Específicos de Responsabilidade Social.
- II. atender aos padrões de qualidade exigidos para o funcionamento dos Cursos.

Art. 75 - A normas de funcionamento da Biblioteca ficam regulamentadas em normativa própria complementar a este Regimento.

SEÇÃO II DA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 76 - A Secretaria Acadêmica é o órgão central de desempenho das atividades administrativas da Instituição e obedece a Regulamento próprio aprovado pelo CONSU.

Parágrafo único. A Secretaria Acadêmica é dirigida por profissional designado pelo Diretor.

Art. 77 - Para a digitalização do acervo acadêmico, a Secretaria Acadêmica, juntamente com os Diretores de Unidade deverá elaborar seu plano de digitalização, bem como levantar os custos envolvidos no processo e apresentar à Mantenedora para aprovação.

Art. 78 - A Diretoria poderá criar ou utilizar órgãos de apoio ou subáreas para atendimento específico das demandas da Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único - As atribuições dos órgãos de apoio ou das subáreas serão definidas em ato do Diretor.

Art. 79 - As atribuições e normas de funcionamento da Secretaria Acadêmica estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS INTERNOS ESPECÍFICOS E/OU ASSESSORIAS

SEÇÃO I

DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO (NAPI)

Art. 80 - O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão - NAPI é o órgão responsável por oferecer suporte Psicopedagógico de intervenção e prevenção nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e pedagógicos do acadêmico da Instituição, atuando sobre os múltiplos fatores que possam estar interferindo em seu desenvolvimento integral e nas questões ligadas a aprendizagem, assim como oferecer subsídios para os docentes em seu trabalho em sala de aula, contribuindo para a formação humana, política, social e profissional da comunidade acadêmica.

Art. 81 - O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) dispõe as seguintes frentes de atuações:

- I. Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- II. Apoio Psicopedagógico para estratégias de aprendizagem;
- III. Acolhimento e encaminhamento relacionados às queixas emocionais;
- IV. Desenvolvimento da cultura inclusiva e diversidade.

Art. 82 - O NAPI será conduzido por um Profissional designado pelo Diretor da Instituição.

Art. 83 - As atribuições e normas de funcionamento do NAPI estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO II

DA OUVIDORIA

Art. 84 - A Ouvidoria é o órgão responsável por receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos professores, funcionários e alunos usuários dos serviços prestados pela IES, que não forem solucionados pelo atendimento habitual realizado pelo setor competente ou qualquer um de seus pontos de atendimento.

Art. 85 - A Ouvidoria atuará com autonomia e absoluta imparcialidade, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

Art. 86 - A Ouvidoria da IES está ligada a área de *Compliance*, a fim de garantir a isenção e autonomia no processo de investigação das demandas.

Art. 87 - A ouvidoria funcionará por meio digital e presencial, onde recebe as demandas no tocante as dúvidas, reivindicações e sugestões dos usuários.

§ 1º O atendimento digital funciona através do sistema “Fale com a Ouvidoria”, na homepage da instituição.

Art. 88 - A ouvidoria deverá responder aos solicitantes no prazo de 15 dias, contados a partir do registro da demanda, prazo que pode ser prorrogado por mais 15 dias.

Parágrafo único - Em situações de exceção, de acordo com a complexidade da causa, a Ouvidoria poderá solicitar extensão do prazo de resposta

Art. 89 - As atribuições e normas de funcionamento da Ouvidoria estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO DISCIPLINAR PROCESSANTE

Art. 90 - A Comissão Disciplinar Processante é o órgão responsável por apurar os fatos relativos aos atos de indisciplina praticados por alunos, funcionários ou professores, colhendo provas e atuando no exercício do contraditório, com a participação do acusado caso queira, prestigiando na prática os princípios norteadores do direito, visando a responsabilização de quem é atribuída à sua autoria.

Art. 91 – O Diretor da Faculdade é a autoridade competente para constituir comissão de sindicância e instaurar processo administrativo disciplinar.

Art. 92 - De acordo com a gravidade da infração, a comissão tem amplos poderes para indicar as penalidades além do previsto no regimento institucional.

Art. 93 - Cabe a Diretoria a aplicação da sanção disciplinar após parecer circunstanciado da Comissão de Processo Disciplinar.

Art. 94 - A Comissão Disciplinar Processante realizará os seus trabalhos seguindo os princípios constitucionais administrativos, a legislação pertinente e as fontes de Direito, sendo asseguradas as garantias constitucionais fundamentais de ampla defesa e do contraditório.

Art. 95 - A Comissão Disciplinar Processante é responsável pela condução, apuração e instrução de procedimentos administrativos disciplinares.

Art. 96 - São penalidades disciplinares aplicáveis ao corpo docente, técnico-administrativo e discentes da Faculdade são:

- I. advertência;
- II. suspensão;
- III. demissão;
- IV. cassação;
- V. destituição de cargo;
- VI. destituição de função.

Art. 97 - Na aplicação de penalidades leva-se em conta:

- I. a primariedade do infrator;
- II. as circunstâncias em que foi cometida a infração;
- III. a repercussão do ato faltoso no seio da comunidade acadêmica;
- IV. os motivos que levaram ao cometimento da falta.

Art. 98 - Em caso de dano ao patrimônio da Instituição, a aplicação de pena disciplinar não exime o responsável da obrigação de ressarcir o prejuízo.

Art. 99 - Quando o ato faltoso constituir crime, o Responsável pela Instituição comunicará o fato imediatamente à autoridade policial, independentemente da adoção das providências previstas neste Regimento.

SEÇÃO IV

DO COMITÊ DE HORÁRIO COLETIVO

Art. 100 – O Comitê de Horário Coletivo será constituído por professores das diversas instituições de educação superior, espalhadas pelo Brasil, que adotam o mesmo Modelo Pedagógico Ecossistema de Aprendizagem. Com atribuição de consolidar e avaliar permanentemente de forma coletiva, o Modelo Pedagógico Ecossistema de

Aprendizagem, aproveitando as múltiplas competências dos professores que o compõem, com foco nas três grandes áreas do conhecimento, respeitando as características regionais.

Parágrafo Único. As atribuições e normas de composição e de funcionamento do Comitê de Horário Coletivo estão descritas em normativa própria, complementar a este Regimento.

SEÇÃO V

DO COMITÊ ACADÊMICO MULTIINSTITUCIONAL

Art. 101 – O Comitê Acadêmico Multiinstitucional será constituído por professores das diversas instituições de educação superior, espalhadas pelo Brasil, que adotam o mesmo Modelo Pedagógico Ecossistema de Aprendizagem. Com atribuição de consolidar e avaliar permanentemente de forma coletiva, o Modelo Pedagógico Ecossistema de Aprendizagem, aproveitando as múltiplas competências dos professores que o compõem, com foco nas três grandes áreas do conhecimento, respeitando as características regionais.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DAS MODALIDADES DOS CURSOS

Art. 102 - A Instituição oferece as modalidades de curso presencial e educação a distância (EAD), nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO I

DA MODALIDADE PRESENCIAL

Art. 103 - Os cursos presenciais são aqueles em que a oferta pressupõe presença física do estudante nas atividades didáticas e avaliações.

SEÇÃO II

DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Art. 104 - Os cursos na modalidade a distância (EAD) são aqueles na qual a mediação dos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 105 - Caberá ao CONSU estabelecer a forma de coordenação, organização, execução, supervisão e acompanhamento das atividades acadêmicas e administrativas, bem como definir a estrutura de apoio, as regras de operacionalização e as normas específicas do EAD e de seus polos de apoio presencial, quando for o caso.

SUBSEÇÃO I

DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Art. 106 - A Equipe Multidisciplinar tem como finalidades planejar e executar a gestão acadêmica, pedagógica e tecnológica dos projetos e processos que envolvem desde a concepção até a execução, implementação e manutenção dos cursos e unidades curriculares ofertadas na modalidade a distância, bem como cursos presenciais que ofertem unidades curriculares semipresenciais.

Parágrafo único. A Equipe Multidisciplinar será composta também por membros de outras Instituições pertencentes a Ânima Educação, nos termos do Consórcio entre Empregadores - Instituições do mesmo Grupo Educacional, denominado consórcio Ânima Brasil de Ensino.

SUBSEÇÃO II

DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

Art. 107 - Para a consecução do modelo pedagógico proposto para a Educação a Distância, a Instituição utiliza o ambiente virtual de aprendizagem Ulife, plataforma própria com funcionamento integral via web, visando garantir ao aluno flexibilidade de acesso, e organização dos estudos.

Art. 108 - A plataforma Ulife dispõe dos seguintes recursos educacionais:

- I. **Comunicação** - possibilita aos professores a publicação de Avisos e também dispõe de canal de Mensagens, no qual alunos e professores podem estabelecer contato;
- II. **Notificações** de mensagens e avisos recebidos, notas cadastradas, são enviadas por e-mail e ficam destacados em ícone na plataforma;
- III. **Unidades Curriculares** – acesso à(s) unidade(s) curricular(s) EaD nas quais o aluno está matriculado no período letivo vigente;
 - a) Aulas – conteúdo programático, unidades de conteúdo e recursos de aprendizagem;
 - b) Membros – apresenta o(s) professor(es), assim como todos os alunos da turma;
 - c) Calendário – cronogramas de entregas de atividades, datas dos encontros presenciais (nos casos de unidade curriculares do modelo híbrido) e datas das avaliações;
 - d) Notas – acesso às avaliações, bem como ao desempenho obtido em cada avaliação – de acordo com o Plano de Avaliação cadastrado.
- IV. **Ferramentas Online** - acesso às bibliotecas digitais disponíveis para os estudantes.

Parágrafo único. A equipe de Tecnologias Educacionais desenvolve constantes atualizações e melhorias na plataforma, tendo em vista a experiência dos usuários, em especial alunos e professores.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DOS CURSOS E DOS PROGRAMAS OFERECIDOS

SEÇÃO I

DO ENSINO

Art. 109 - A Instituição pode manter os seguintes tipos de cursos nas modalidades presencial e a distância (EAD):

- I. De graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico), abertos à matrícula de candidatos que tenham no mínimo concluído o ensino médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, nas formas da lei;
- II. De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado, de doutorado e cursos de especialização, abertos à candidatos diplomados em curso superior e que atendam às normas institucionais fixadas para cada programa ou curso, em conformidade com a legislação em vigor;

- III. Sequenciais de formação específica, organizados por campo de saber, com diferentes níveis de abrangência, abertos à matrícula de candidatos que tenham concluído o curso médio ou equivalente e selecionados de acordo com as normas fixadas para cada caso;
- IV. De extensão, abertos à matrícula de candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos em cada caso;
- V. Técnicos concomitantes ou subsequentes, obedecida a legislação em vigor.

§ 1º - Os cursos mantidos pela Instituição podem ser ofertados em regime presencial, semipresencial ou a distância, desde que atendidos os requisitos legais.

§ 2º - Os cursos presenciais, nos termos da lei, poderão ofertar unidades curriculares semipresenciais ou na modalidade a distância.

§ 3º - Os cursos superiores ministrados pela Instituição poderão ser organizados em regime seriado, modular e/ou sob sistema de créditos, e ofertados em períodos anuais ou semestrais, conforme decisão do CONSU.

Art. 110 - Os cursos regulares ofertados pela Instituição terão seus projetos pedagógicos e estruturas curriculares aprovados pelo CONSU.

Art. 111 - Os cursos ofertados pela Instituição obedecerão às normas institucionais, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e outras determinações legais do Sistema Federal de Ensino.

Art. 112 - A IES poderá ofertar seus cursos nos turnos matutino, vespertino, noturno ou integral, obedecidas as determinações do Colegiado dos Cursos e a legislação pertinente.

Parágrafo único. O disposto previsto no caput não se aplica para cursos ofertados na modalidade a distância - EAD.

Art. 113 - A instituição, atendendo as disposições legais do Sistema Federal de Ensino, deverá disponibilizar em sua página eletrônica e no Centro de Atendimento ao Aluno informações sobre as condições de oferta dos cursos, quais sejam:

- I. Atos autorizativos expedidos pelo MEC, com data de publicação no Diário Oficial da União;

- II. Nome dos dirigentes da Instituição e dos coordenadores de cursos;
- III. Relação dos professores que integram o corpo docente, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
- IV. Matriz curricular de cada curso ofertado;
- V. Resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC;
- VI. Valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos.

Art. 114 - Além das informações constantes do parágrafo anterior, por exigência legal, a Instituição deverá manter em sua página eletrônica e na biblioteca, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado dos seguintes elementos:

- I. Projeto pedagógico de cada curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- II. Manual do Aluno;
- III. Conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o seu Regimento;
- IV. Descrição de biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionados à área dos cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso à utilização;
- V. Descrição da infraestrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação.
- VI. Relação de polos de ensino a distância, com seus respectivos atos de criação, cursos e vagas ofertados e a descrição da capacidade de atendimento da comunidade acadêmica, da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, com comprovação por meio de fotos e vídeos; e
- VII. Relação dos ambientes profissionais, quando for o caso, com indicação dos cursos que os utilizam, explicitada a articulação com a sede e os polos EaD.

SUBSEÇÃO I DA GRADUAÇÃO

Art. 115 - Os cursos de graduação, que terão como objetivo a formação profissional, ética, cultural e humana do aluno, são oferecidos em 3 (três) modalidades de ensino: bacharelado, licenciatura e tecnologia.

Parágrafo único. A Instituição poderá oferecer certificação intermediária para os cursos de graduação tecnológica, se previsto na organização curricular do curso, em consonância com a legislação vigente.

Art. 116 - Cabe ao CONSU estabelecer, em consonância com a legislação em vigor, as diretrizes gerais relativas à criação, organização, duração e extinção de cursos de graduação.

Parágrafo único. O Diretor de Unidade poderá encaminhar propostas de criação de curso para deliberação do CONSU, desde que esteja previsto no PDI.

Art. 117 - As atividades de ensino previstas no PPC de cada curso são obrigatórias e têm sua duração fixada nas DCNs, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e nas normas pertinentes.

§ 1º. Cada curso terá seu prazo mínimo e máximo de integralização do currículo estabelecido no PPC.

§ 2º. Para a obtenção do diploma, o aluno terá que cumprir integralmente todas as atividades de ensino previstas no PPC.

SUBSEÇÃO II

DA PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 118 - A Instituição poderá oferecer, na área de pós-graduação, em consonância com as diretrizes gerais baixadas pelo CONSU, cursos e programas de:

- I. aperfeiçoamento;
- II. especialização;
- III. mestrado;
- IV. doutorado;
- V. outros.

Art. 119 - Os cursos de pós-graduação deverão observar as seguintes prescrições:

- I. regime de matrícula modular;
- II. currículo com disciplina de formação pedagógica, duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, além da exigência de aprovação em trabalho final, a critério da Instituição, em consonância com a legislação vigente;

- III. exigência de aprovação em defesa de dissertação ou trabalho equivalente, para cursos de mestrado;
- IV. exigência de aprovação em exame de qualificação e em defesa de tese, para cursos de doutorado.

§ 1º. A admissão a cursos de pós-graduação *lato sensu*, abertos a candidatos com curso superior, será efetuada por meio de processo seletivo cujas regras vêm dispostas no edital para essa finalidade.

§ 2º. O aluno reprovado ou que perdeu o prazo previsto no parágrafo anterior deverá matricular-se na disciplina de orientação metodológica ou equivalente no próprio curso ou curso afim.

§ 3º. A admissão a cursos de pós-graduação *stricto sensu*, abertos a candidatos com curso de graduação, será efetuada por meio de processo seletivo cujas regras vêm dispostas em edital para essa finalidade, aprovado pelo CONSU.

§ 4º. Os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* têm fixadas suas regras de funcionamento em regulamento próprio, aprovadas pelo CONSU.

SEÇÃO II DA EXTENSÃO

Art. 120 - A Extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a Instituição e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 121 - O IES oferece cursos de extensão, programas e serviços à comunidade externa, fundamentalmente, e abertos à comunidade interna, por meio de:

- I. Cursos de extensão, aprimoramento cultural, profissional e outros congêneres, na forma da lei;
- II. Serviços especiais contratados com outras entidades ou grupos sociais;
- III. Prestação de serviços a órgãos públicos ou privados;
- IV. Ação comunitária de assistência, promoção social e atividades culturais;

- V. Estruturação de grupos de estudos e reflexão, de caráter paradidático, sobre temas atuais que preocupam a sociedade, abertos à comunidade externa e interna.

Art. 122 - As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas em conjunto com outras Instituições de Ensino pertencentes à Ânima Educação, conforme diretrizes específicas para esse fim.

Art. 123 - As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

Art. 124 - Na Instituição, a extensão estará sujeita à autoavaliação, visando o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.

Art. 125 - Compete ao CONSU elaborar as diretrizes da extensão conforme a legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Art. 126 - Entende-se por currículo o conjunto organizado de unidades curriculares elaborado para determinado curso.

Parágrafo único - Entende-se por disciplina o conjunto de estudos e atividades culturais desenvolvidos num período letivo, com duração previamente determinada, correspondente a uma carga horária semestral ou anual.

Art. 127 - A estrutura curricular dos cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos), pós-graduação e cursos superiores sequenciais de formação específica

nas modalidades presencial e a distância (EAD) da IES será aprovada pelo CONSU, obedecendo o que dispõe o projeto acadêmico fixado pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Parágrafo único - Os cursos deverão prever e/ou obedecer em suas matrizes curriculares as seguintes temáticas: educação ambiental, acessibilidade, direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e LIBRAS em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e em conformidade com a legislação vigente.

SEÇÃO II DOS PLANOS DE ENSINO

Art. 128 - A cada unidade curricular corresponde uma ementa especificada no projeto pedagógico do curso, um programa definido pelo NDE e um plano de aulas, elaborado pelo professor a partir da ementa e do conteúdo programático, e conforme modelos definidos pela IES.

Art. 129 - O plano de ensino deverá ser apresentado antes do início de cada semestre letivo, pelo professor da unidade curricular ao respectivo Coordenador, para análise e aprovação, e deverá conter:

- I. Ementa;
- II. Objetivos gerais;
- III. Objetivos específicos;
- IV. Conteúdo programático;
- V. Metodologia;
- VI. Critérios de avaliação;
- VII. Bibliografia básica e complementar;
- VIII. Planejamento das aulas.

Parágrafo único - Os planos de ensino deverão ser publicados em meio eletrônico para ampla divulgação na comunidade acadêmica.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I DO CALENDÁRIO ACADÊMICO

Art. 130 - O ano letivo compreende um período anual ou 2 (dois) períodos semestrais regulares, a iniciarem-se de acordo com o Calendário Acadêmico, podendo compreender ainda períodos extraordinários.

Art. 131 - O Calendário Acadêmico, organizado para o ano letivo, contém, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, podendo ser distribuído em 2 (dois) semestres letivos de 100 (cem) dias cada, excluído o tempo reservado a exames finais, se houver.

Parágrafo único - A Instituição informará, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, entre outras informações que compõem o Manual do Aluno, em observância ao disposto no art. 47, § 1º da LDB.

Art. 132 - O período letivo pode ser prorrogado por motivo de calamidade pública, guerra externa, convulsão interna e, a critério do CONSU, por outras causas excepcionais, independentemente da vontade do Corpo Discente e do Corpo Docente, obedecido o Contrato de Trabalho.

§ 1º - O período letivo é automaticamente prorrogado, no âmbito da Instituição, para alcançar o mínimo de dias letivos fixados no artigo anterior deste Regimento Interno, e, no âmbito de disciplina, para a complementação de sua carga horária mínima especificada no currículo.

§ 2º - O Diretor poderá, em casos especiais, permitir que sejam ministradas unidades curriculares nas férias ou recesso escolar, ou em horários diferenciados durante o período letivo regular, desde que guardados os atributos de qualidade e de quantidade de cada unidade curricular, e obedecida a legislação pertinente em vigor.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 133 - O processo seletivo tem por finalidade classificar os candidatos para o ingresso no nível superior de ensino, no limite das vagas fixadas para cada curso, em consonância com a legislação vigente e com a regulamentação do CONSU.

§ 1º - O processo seletivo obedece a critérios, prazos e regras descritos em Edital específico.

§ 2º - Os resultados dos processos seletivos são válidos apenas para o período letivo a que se refere o Edital.

§ 3º - É facultada à Instituição, a realização de novo(s) processo(s) seletivo(s), se necessário, para o preenchimento de vagas remanescentes, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º - Na hipótese de restarem vagas iniciais não preenchidas em algum curso, mediante processo seletivo específico, poderão ser recebidos portadores de diploma de curso superior de graduação, para fins de obtenção de novo título, nos termos da legislação em vigor.

§ 5º - A Instituição, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes nos cursos de graduação, levará em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 134 - A inscrição no Processo Seletivo será requerida com indicação do curso de interesse do candidato, podendo o mesmo, se o Edital assim o definir, indicar sua 2ª (segunda) opção de curso.

§ 1º - Ao término do período de inscrições, não ocorrendo número suficiente de inscrições em um ou mais cursos oferecidos, a Instituição reserva o direito de não realizar a seleção para esse(s) curso(s), sendo oferecida aos candidatos inscritos, antes da realização da prova do processo seletivo, a oportunidade de optarem por outro curso oferecido, nos termos do Edital.

§ 2º - No ato da matrícula, o candidato deverá ter as condições que o habilitem a cursar o ensino superior, nos termos da lei.

Art. 135 - Os processos seletivos poderão ser unificados abrangendo áreas afins de conhecimento.

§ 1º - Poderá haver provas específicas de seleção, conforme os cursos, de acordo com determinação do CONSU, obedecidas as exigências legais.

§ 2º - Candidatos treineiros, classificados no processo seletivo, não poderão realizar a matrícula.

Art. 136 - No ato da matrícula, o candidato deverá ter as condições que o habilitem a cursar o ensino superior, nos termos da lei.

CAPÍTULO III

DOS OUTROS TIPOS DE INGRESSO NOS CURSOS

Art. 137 - Como outras formas de ingresso nos cursos da Instituição utiliza o Enem, o retorno, o destrancamento, a obtenção de novo título, a transferência de estudantes de outras Instituições e a Unidade Curricular isolada.

SEÇÃO I

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM

Art. 138 - O candidato interessado poderá ingressar na Instituição utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, conforme edital e regulamentação do MEC vigente à época de ingresso.

SEÇÃO II

RETORNO

Art. 139 - O retorno de estudante que rompeu o vínculo por desistência, abandono ou cancelamento de matrícula, deverá ser realizado por meio de solicitação no site da Instituição e dependerá de vaga no curso e no turno de origem, não sendo assegurado o reingresso do aluno ao currículo que cursava antes do desligamento.

§ 1º - Em se tratando de cancelamento de matrícula calouro, solicitada no semestre de ingresso, com a restituição de valores, o candidato deverá prestar um novo processo

seletivo via Vestibular, uma vez que, a restituição implica na quebra do vínculo de aluno com a IES;

§ 2º - Caso seja extinto o curso que o aluno cursava, será possibilitado a ele, em seu retorno, a reopção ou transferência interna para outro curso, conforme disponibilidade de vagas, seguindo as normas deste Regimento Interno.

SEÇÃO III

DESTRANCAMENTO

Art. 140 - O destrancamento deverá ser solicitado até o limite do tempo em que o curso poderá ser trancado, através do site da Instituição, não lhe sendo assegurado o reingresso ao currículo que cursava antes do trancamento.

Parágrafo único - O aluno deverá observar o tempo limite para o destrancamento dos cursos, conforme se segue:

- I. Bacharelado e licenciatura: 4 semestres letivos;
- II. Tecnólogo: 2 semestres letivos;
- III. Medicina: 1 semestre letivo.

Art. 141 - O discente deve requerer o destrancamento da sua matrícula dentro do prazo explicitado para tal, observando-se os períodos definidos no Calendário Acadêmico para o exame de sua solicitação.

SEÇÃO IV

OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Art. 142 - A Obtenção de Novo Título (ONT) é a forma de ingresso destinada a graduados de qualquer IES, desde que credenciada pelo MEC, e que o curso concluído seja reconhecido pelo MEC.

Art. 143 - As inscrições para obtenção de novo título deverão ser realizadas através do site da instituição e dentro do prazo previsto em calendário acadêmico.

Parágrafo único. Para os cursos de Medicina, as inscrições para obtenção de novo título serão regulamentadas via edital, sendo de autonomia da IES sua publicação.

Art. 144 - Os inscritos deverão acompanhar pelo site o andamento de sua solicitação e realizar todos os procedimentos necessários, bem como a entrega de documentos, de acordo com o previsto no edital.

SEÇÃO V

UNIDADE CURRICULAR ISOLADA

Art. 145 - Podem solicitar matrícula em Unidade Curricular isolada nos Cursos da Instituição, à exceção do Curso de Medicina:

- I. Alunos regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação de outras instituições, dentro dos limites de vagas de cada disciplina;
- II. Alunos especiais, sem vínculo com qualquer instituição, portadores de diploma de curso superior, desde que aprovados pelo CONSU;
- III. Alunos regularmente matriculados na Instituição e que solicitam cursar unidade curricular de outro curso, desde que tenha autorização do Coordenador do curso de origem.

Art. 146 - A instituição poderá receber solicitações de Unidade Curricular isolada de alunos de outras IES, de acordo com o edital publicado no site da Instituição.

Art. 147 - O candidato deverá entregar toda a documentação prevista em edital e na legislação vigente para confirmação de sua matrícula.

Art. 148 - Ao final do semestre o aluno receberá o certificado de conclusão de Unidade Curricular isolada com histórico, caso tenha obtida a aprovação nos termos deste Regimento Geral.

SEÇÃO VI

TRANSFERÊNCIAS

Art. 149 - O discente, seu responsável ou seu representante legal pode requerer transferência para outra instituição de ensino.

Art. 150 - A Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo específico, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, provenientes de cursos autorizados ou reconhecidos,

mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

§ 1º - As unidades curriculares da Instituição de origem, cursadas com aproveitamento pelo estudante, são passíveis de aproveitamento de estudos na Instituição, de acordo com normas em vigor.

§ 2º - A Instituição, no limite das vagas existentes, pode aceitar, também, transferência interna, sob a forma de reopção para curso, conforme normas do Colegiado de Curso.

§ 3º - O fato de o aluno estar matriculado no primeiro ou no último período/módulo do curso não é óbice para o pedido de transferência.

§ 4º. A transferência de curso de instituição estrangeira é aceita para os cursos da Instituição, desde que seja realizada avaliação por uma comissão designada especialmente para análise documental e estudo de caso.

§ 5º. Em relação ao curso de Medicina a transferência de curso de instituição estrangeira somente é aceita das instituições que façam parte do *World Directory of Medical Schools*.

Art. 151 - Para efeito de matrícula, a Instituição exige do transferido a apresentação dos documentos regimentalmente identificados para a matrícula inicial regular.

Art. 152 - As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

§ 1º - Do servidor estudante que necessite mudar seu domicílio para exercer cargo ou função pública, civil ou militar, a instituição aceitará transferência independentemente da existência de vaga e de época, desde que requerida em razão de comprovada mudança de residência para o município.

§ 2º - O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro e aos filhos ou enteados do servidor que vivam em sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda com autorização judicial.

Art. 153 - Sempre que necessário para a complementação do número de horas obrigatórias à integralização do curso, exigir-se-á do estudante transferido o cumprimento de carga horária adicional indicada pelo Coordenador do Curso, conforme normas da Instituição.

Art. 154 - A expedição de documentos para transferência da Instituição se faz em qualquer época, mediante requerimento do interessado, estando o aluno em situação regular, não podendo a mesma ser negada, quer seja em virtude de inadimplência, quer seja em virtude de processo disciplinar em trâmite, ou ainda em função de o aluno estar frequentando o primeiro ou o último período do curso, em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo único. A transferência suspende as obrigações financeiras do aluno para com a instituição, a partir do mês seguinte à solicitação.

Art. 155 - Qualquer situação considerada especial, relativa a necessidades funcionais diferenciadas, será tratada em todas as suas particularidades pela Instituição, através dos órgãos competentes para tal, de acordo com as políticas estabelecidas para cada grupo de casos, devendo ser oferecidas todas as condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de acordo com a legislação nacional em vigor.

Parágrafo único. Não são consideradas necessidades funcionais diferenciadas: gestação, maternidade e horários de trabalho do discente.

CAPÍTULO IV

DAS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS

Art. 156 - É terminantemente vedada a recusa de matrícula por motivo de discriminação de raça, sexo, condição social, convicção política ou crença religiosa.

Art. 157 - A matrícula inicial em curso técnico profissionalizante ou superior da Instituição é o vínculo que se estabelece com a Instituição e a aceitação de todas as normas e regulamentos institucionais e os constantes na legislação pertinente.

Art. 158 - A matrícula é feita por módulo ou série, em conformidade com a proposta de organização curricular do curso, aprovada pelo CONSU, e deverá ser renovada semestralmente, conforme o regime adotado pela Instituição.

§ 1º - São exigidos para a efetivação da matrícula inicial os seguintes documentos:

- I. Certificado e Histórico de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II. Carteira de identidade, CPF e título de eleitor;

- III. Certidão de nascimento ou de casamento;
- IV. Prova de quitação com o serviço militar, nos termos da legislação vigente;
- V. Prova de quitação com a Justiça Eleitoral, nos termos da legislação vigente;
- VI. Comprovante de residência;
- VII. Contrato de prestação de serviços educacionais, devidamente assinado;
- VIII. Outros documentos, conforme a legislação vigente.

§ 2º - Quando for o caso, o aluno deverá apresentar também:

- I. Diploma de curso superior devidamente registrado, para a forma de ingresso de Obtenção de Novo Título;
- II. Documentos que possibilitem a transferência de outra Instituição de Ensino Superior - IES para esta Instituição.

§ 3º - A não renovação da matrícula em data estabelecida pela Instituição implica a perda do direito à vaga, caracterizando abandono de curso.

§ 4º - Caso haja vaga, poderá o aluno requerer mudança de turma, turno ou curso.

§ 5º - Em caso de aluno com dependências em unidades curriculares que não fazem parte da estrutura curricular pela alteração da mesma, e pela inexistência de unidades curriculares equivalentes, pode o Colegiado de Curso considerar a dispensa ou a realocação de outras unidades curriculares, de igual valor formativo, constantes na nova estrutura curricular do Curso.

§ 6º - O processo de matrícula, a ser coordenado pela Secretaria Acadêmica, será regulamentado por Resolução do CONSU, observadas as normas legais e o previsto neste Regimento.

Art. 159 - É facultada aos interessados em complementar ou atualizar conhecimentos, desde que não integrantes do Corpo Discente da Instituição, a matrícula isolada em, no máximo, 2 (duas) unidades curriculares, condicionada à existência de vagas.

§ 1º - Da mesma forma, é possibilitado ao aluno da Instituição, em casos especiais, cursar unidades curriculares isoladas em outra IES autorizada ou reconhecida, mediante análise da carga horária e conteúdo das unidades curriculares.

§ 2º - Caberá ao Coordenador do Curso a autorização para o aluno cursar as unidades curriculares isoladas, podendo, em alguns casos, ser apreciado pelo Colegiado do Curso, a pedido do coordenador.

Art. 160 - É considerado regularmente matriculado o aluno da IES que atender aos requisitos legais, estiver em dia com suas obrigações contratuais e de acordo com o disposto neste Regimento.

Art. 161 - Em caso de alteração curricular, o aluno, no reingresso, não poderá exigir sua permanência no currículo antigo.

CAPÍTULO V

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 162 - O trancamento de matrícula é ato legal que autoriza o aluno de graduação a suspender temporariamente as atividades escolares, sem perder o vínculo com a Instituição, e pode ser requerido pelo próprio discente ou por seu responsável, no caso de menor de idade.

§ 1º - O trancamento de matrícula poderá ser feito pelo prazo máximo de 4 (quatro) semestres para cursos de bacharelado e licenciatura e 2 (dois) semestres para cursos tecnológicos, exceto para o curso de Medicina.

§ 2º - Não existe, na Instituição, possibilidade de trancamento parcial de matrícula.

§ 3º - Em caso de alteração curricular, o trancamento de matrícula não assegura, ao aluno, o reingresso no currículo que cursava, devendo este se sujeitar às adaptações necessárias, sob a orientação do Coordenador do Curso.

§ 4º - Caso seja extinto, ou esteja em extinção o curso em que o aluno teve a matrícula trancada, será possibilitado a ele, em seu retorno, a reopção ou transferência interna para outro curso, conforme normas vigentes.

§ 5º - O aluno perderá o vínculo com a Instituição, caso não retorne aos estudos após o prazo determinado em calendário acadêmico para o seu retorno.

§ 6º - Para o curso de Medicina a duração do trancamento da matrícula será deferida pelo período máximo 1 (um) semestre letivo, ou seja, de 6(seis) meses, só poderá ser

requerido uma única vez ao longo de todo o curso, e só pode ser solicitado a partir do segundo semestre do ingresso do estudante até o penúltimo semestre letivo.

§ 7º - Para solicitar o trancamento do Curso de Medicina os estudantes devem estar adimplentes. Para os demais cursos, devem ser consultadas as normas de atendimento ao estudante.

§ 8º - As situações excepcionais e não previstas neste Regimento, como acometimento de doenças incapacitantes, serão analisadas pelo colegiado do curso para deliberação sobre a solicitação de trancamento.

CAPÍTULO VI

DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 163 - Entende-se por cancelamento de matrícula a cessação total do vínculo do aluno com a Instituição.

§ 1º - O cancelamento voluntário de matrícula ocorrerá:

- I. Por transferência para outra instituição de ensino superior;
- II. Por expressa manifestação de vontade do aluno.

§ 2º - O cancelamento de matrícula por ato administrativo ocorrerá:

- I. Em decorrência de motivos disciplinares;
- II. Por não comprovação, a qualquer momento, da conclusão do ensino médio, e/ou da 1ª graduação, quando for o caso, ou por apresentação de documentos exigidos para a matrícula, comprovadamente fraudulentos;
- III. Se o aluno não renovar semestralmente sua matrícula no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico para aquele semestre letivo.
- IV. Se o aluno não concluir o curso no prazo máximo fixado para a sua integralização.

Art. 164 - A matrícula pode ser cancelada a qualquer tempo se:

- I. Ficarem comprovadas, por meio de laudo médico ou de parecer de comissão específica para tal, condições totalmente impróprias ou inadequadas para a permanência do aluno na Instituição;
- II. For decorrente de comprovada má-fé.

Parágrafo único. Responde civil, administrativa e penalmente o discente, quando maior de idade, ou, quando menor, o seu responsável, por qualquer dano ou consequência advinda de matrícula com documento falso, adulterado ou irregular.

Art. 165 - Cabe ao CONSU regulamentar o cancelamento de Unidade Curricular.

CAPÍTULO VII

DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 166 - A requerimento do interessado, e mediante análise de cada caso, a Instituição poderá admitir que sejam aproveitados estudos realizados em cursos superiores, cursos de graduação, de pós-graduação, ou sob a forma de disciplina isolada, obedecida a legislação.

§ 1º - O exame de equivalência de estudos, para efeito de aproveitamento, faz-se em termos de qualidade e densidade, tomando-se o programa da disciplina para exame de qualidade e sua duração para o cotejo de carga horária, considerando-se ainda sua adequação científica e cultural no contexto curricular do curso respectivo.

§ 2º - A equivalência de estudos será solicitada pelo estudante via Central de Atendimento ao Candidato, que fará a devida análise do conteúdo por um profissional capacitado para esse fim, levando em consideração a carga horária, a ementa, o aproveitamento e a frequência da(s) unidade(s) curricular(es) cursada(s) pelo requerente, observando as exigências de legais dispostas nas DCN, neste Regimento e nas demais normas vigentes.

§ 3º - Nos casos em que, para efeito de equivalência, verificar-se a necessidade de adaptação de estudos, esta se realizará sob a supervisão e orientação direta do professor da unidade curricular.

§ 4º - O Aproveitamento de Estudos no curso de Medicina segue regulamentação própria.

Art. 167 - Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino e os procedimentos definidos pelo CONSU.

SEÇÃO I

DA DISCORDÂNCIA DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 168 - Os alunos que discordarem do resultado obtido em sua análise de aproveitamento de estudos podem requerer, através de protocolo específico, uma reanálise conforme normativa institucional.

CAPÍTULO VIII

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 169 - A verificação do rendimento escolar do aluno é feita por unidade curricular levando-se em conta a frequência e o aproveitamento nos estudos, conforme exigências legais.

§ 1º - Outras atividades previstas na estrutura curricular, exigidas para fins de integralização da carga horária do curso, serão avaliadas de acordo com o que dispõe o Projeto Pedagógico do Curso.

§ 2º - Frequência é o comparecimento às atividades escolares de cada unidade curricular.

§ 3º - No caso do ensino presencial, é exigida, para aprovação, por unidade curricular, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

§ 4º - É vedado o abono de faltas, ressalvados os casos que tiverem tratamento distinto na legislação vigente.

Art. 170 - Entende-se por aproveitamento o resultado do processo de avaliação obtido pelo aluno nas atividades desenvolvidas em cada unidade curricular.

Art. 171 - A apuração do aproveitamento em cada unidade curricular será feita por pontos cumulativos, e/ou por conceito, com critérios definidos em regulamento próprio, observando as especificidades de cada área de conhecimento.

§ 1º - A distribuição de pontos da apuração a que se refere o artigo, feita por meio de avaliações e atividades diversas, será regulamentada por normas específicas, aprovadas pelo CONSU.

§ 2º - As unidades curriculares práticas, de projetos ou de caráter experimental, em função da não aplicabilidade de provas escritas na forma regular, terão sua forma de avaliação definida em norma específica, aprovada pelo Diretor da Unidade.

§ 3º. Para o curso de Medicina a instituição adota um critério de avaliação diferenciado em consonância às Diretrizes do Curso e normativa institucional específica do curso.

Art. 172 - Em consonância com normas internas da Instituição, poderão ser adotados meios de recuperação de estudos para alunos que apresentem deficiência de aprendizagem.

Art. 173 - A integralização curricular será feita mediante cumprimento da carga horária total prevista para o curso, incluindo unidades curriculares, Core Curriculum, Vida e Carreira, atividades complementares, projetos integrados, estágios, TCC, práticas profissionais, práticas de ensino, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 174 - É responsabilidade do professor lançar no Sistema Online (Ulife), nos prazos constantes no Calendário Acadêmico, todas as atividades acadêmicas de sua competência.

SEÇÃO I

DA PROVA SUBSTITUTIVA – AVALIAÇÃO INTEGRADA

Art. 175 - O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI), conforme calendário acadêmico, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

Art. 176 - A avaliação integrada (prova substitutiva) consistirá em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 ou A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado.

Art. 177 - O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

SEÇÃO II

DA REVISÃO DE PROVA

Art. 178 - A avaliação é um processo indissociável do ensino, que busca por evidências de aprendizagem tendo como finalidade principal apoiar e orientar os estudantes durante seu percurso formativo.

Art. 179 - Reforça-se a importância das devolutivas como um constante estímulo ao exercício de fortalecer nos alunos uma atitude reflexiva e um aprender autônomo baseado na tomada de consciência de sua aprendizagem. Cabe ressaltar que há um regulamento institucionalizado com os critérios para aprovação e reprovação.

Art. 180 - Pode ser concedida revisão de prova, por meio de requerimento via Sistema Acadêmico (Ulife). Após a publicação da nota da avaliação, o/a discente terá até cinco dias para solicitar verificação e correção do resultado da avaliação, apontando e comprovando erros materiais porventura ocorridos.

§ 1º. Constatado o equívoco no lançamento, o professor fará a correção da nota, salvo se o período letivo tiver sido encerrado.

§ 2º. Caso o período letivo tiver sido encerrado, o lançamento de correção da nota deverá ser solicitado, via coordenação de curso, à secretaria acadêmica.

Art. 181 - Não serão analisados pedidos protocolados fora do prazo.

Art. 182 - A Instituição possui um Regulamento próprio para revisão de prova.

TÍTULO V

DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO GERAL DO ENSINO E DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 183 - A orientação geral e pedagógica e o planejamento do ensino dos cursos superiores presenciais e a distância são definidos pelo CONSU e executados pelo Diretor, Titular de Ensino, Pesquisa e Extensão, Colegiado de Curso, NDE e pela Coordenação do Curso, observadas as políticas institucionais e o PDI.

CAPÍTULO III

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DA MONOGRAFIA

Art. 184 - Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Monografia, quando partes integrantes do currículo, são atividades obrigatórias para a obtenção do grau respectivo, realizando-se segundo Regulamento aprovado pelo Colegiado dos Cursos.

Art. 185 - O Estágio Supervisionado tem por objetivo complementar, na prática, conhecimentos ministrados pela Instituição, proporcionar a formação e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e social, bem como promover o desenvolvimento de competências, associação de múltiplos conhecimentos e estímulos da capacidade empreendedora.

§ 1º - O estágio curricular vem detalhado no projeto pedagógico de cada curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação pertinente, devendo ser desenvolvido e praticado em áreas de concentração dos cursos.

§ 2º - De acordo com Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio pode “ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso” (art. 2º):

- I. **Estágio obrigatório** - é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
- II. **Estágio não-obrigatório** - é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º - Cada Curso terá um professor responsável por acompanhar o desenvolvimento das atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em todas as suas etapas, realizando o processo de mediação entre os professores orientadores de estágio, a Coordenação de Curso e Diretor, no que couber.

§ 4º. A diretoria poderá criar órgão de apoio para orientação, supervisão e execução das ações de acompanhamento destas atividades.

Art. 186 - O campo do Estágio Obrigatório abrangerá toda forma organizacional, legalmente constituída, tais como órgãos públicos, empresas privadas, organizações

estatais, sociedades civis e órgãos representativos de classe que tenham condições de celebrar convênios com a Instituição.

Art. 187 - O Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia, quando parte integrante do currículo, são atividades obrigatórias para a obtenção do grau respectivo, devendo estar devidamente previsto nos projetos pedagógicos dos cursos.

Art. 188 - Tanto o Estágio quanto o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC estarão regulamentados em normas internas, aprovadas pelo CONSU.

TÍTULO VI DA COMUNIDADE ESCOLAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 189 - A comunidade escolar é constituída pelos Corpos Docente, Discente e Técnico-administrativo.

Parágrafo único - O ato de investidura em qualquer cargo ou função, e a matrícula na Instituição importam o compromisso formal de respeitar a Lei, este Regimento e as autoridades constituídas, sendo falta punível sua transgressão ou desatendimento.

Art. 190 - Os membros dos Corpos Docente e Técnico-administrativo pertencem aos quadros de pessoal da Entidade Mantenedora, com contratos regidos pela legislação trabalhista ou, excepcionalmente, prestadores de serviços autônomos.

CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES

SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 191 - O Corpo Docente e de Tutores da IES é constituído por professores habilitados, de reconhecida idoneidade moral e capacidade técnica e científica comprovada, categorizados conforme determinações do Estatuto da Carreira Docente aprovado pelo CONSU, e que assumem os compromissos dos princípios, valores e

dispositivos explicitados neste Regimento, no regulamento que rege a carreira docente e nas normas emanadas no poder público.

SEÇÃO II

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 192 - O provimento na classe de Professor e Tutor será feito por portador de, no mínimo, diploma de pós-graduação *lato sensu*, observando-se os títulos e provas e/ou avaliações de didática e conhecimento para seleção e enquadramento no Plano de Carreira Docente, aprovado pelo CONSU.

Art. 193 - Professores de reconhecida competência poderão ser contratados como professores visitantes, por proposição dos Coordenadores de Curso e aprovação do Diretor.

Parágrafo único. O Contrato do professor visitante deverá seguir os procedimentos internos, obedecendo o Plano de Carreira Docente ou demais normas específicas.

Art. 194 - A seleção de docentes e tutores será realizada em conformidade com o Estatuto da Carreira Docente e com outras disposições contidas em resoluções do CONSU.

SEÇÃO III

DOS DIREITOS

Art. 195 - Os direitos e deveres dos professores estão contidos no Plano de Carreira Docente, na Convenção Coletiva de Trabalho, neste Regimento e na legislação pertinente, podendo ainda:

- I. Votar e ser votado para cargos eletivos dos órgãos colegiados;
- II. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos.

SEÇÃO IV

DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO CORPO DOCENTE

Art. 196 - São deveres fundamentais do Corpo Docente:

- I. Cumprir e fazer cumprir este Regimento e as demais determinações institucionais e legais;

- II. Participar da elaboração dos projetos pedagógicos da Instituição;
- III. Elaborar o plano de ensino, segundo o projeto pedagógico do curso, encaminhando-o ao Coordenador de Curso para análise e aprovação;
- IV. Cumprir o Plano de Ensino aprovado pelo Coordenador do Curso;
- V. Apresentar aos alunos o Plano de Ensino, bem como a bibliografia indicada para a disciplina;
- VI. Comparecer pontualmente às aulas e às demais atividades para ele determinadas;
- VII. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- VIII. Elaborar, se convocado, questões de processos seletivos ou concursos realizados pela Instituição;
- IX. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, obedecidas às disposições legais;
- X. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- XI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com famílias, comunidades e com a sociedade;
- XII. Não se envolver em atos que contribuam para o desprestígio da IES;
- XIII. Proceder aos registros escolares que lhes são pertinentes, conforme orientações e prazos definidos para Secretaria Acadêmica e Calendário Acadêmico;
- XIV. Observar o regime escolar e disciplinar da Instituição;
- XV. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que se vincular formalmente, e das comissões para as quais for designado;
- XVI. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em Lei e neste Regimento;
- XVII. Cumprir com suas obrigações trabalhistas e contratuais.

Parágrafo único. Além dos deveres especificados no caput, é obrigatória a frequência do docente às aulas e atividades nos cursos presenciais a ele atribuídas, salvo nos programas de Educação a Distância (EAD), conforme art. 47, § 3º da Lei nº 9.394/1996.

SEÇÃO V

DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO CORPO DE TUTORES

Art. 197 - São deveres fundamentais dos tutores:

- I. Acompanhar e mediar o processo de aprendizagem do aluno;

- II. Esclarecer dúvidas referentes ao conteúdo da disciplina;
- III. Disponibilizar materiais complementares, quando necessário à compreensão dos conteúdos;
- IV. Corrigir atividades avaliativas - questões abertas e provas;
- V. Preparar e realizar videoaula de encerramento do ciclo de Unidades da disciplina;
- VI. Auxiliar o aluno em sua adaptação ao ambiente educativo e esclarecer dúvidas técnicas;
- VII. Incentivar e acompanhar a participação dos alunos nas atividades propostas.

Parágrafo único. A tutoria dos cursos na modalidade a distância - EAD far-se-á on-line via ambiente virtual de aprendizagem.

SEÇÃO VI

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 198 - O Regime de Trabalho e a forma de contratação do Corpo Docente reger-se-ão pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou sob regime de prestação de serviço, e obedecerão às seguintes variações:

- I. Hora aula;
- II. Regime de Tempo Integral;
- III. Regime de Tempo Parcial;
- IV. Regime Especial.

Parágrafo único - Entende-se por Regime Especial a forma de contratação de Professor Visitante.

Art. 199 - O contrato do corpo de tutores da Instituição seguirá o que dispõe o “Consórcio entre Empregadores - Instituições do mesmo Grupo Educacional, denominado consórcio Ânima Brasil de Ensino”.

Parágrafo único. O consórcio a que se refere o caput do artigo, devidamente registrado em cartório, foi formado para que as entidades consorciadas (Instituições de Educação Superior controladas pela Ânima Educação) possam realizar conjuntamente atividades de ensino em qualquer nível, nas modalidades presencial e a distância, conforme convênio específico firmado em cada caso, bem como para que as consorciadas se apoiem mutuamente, oferecendo, no tocante às atividades comuns, infraestrutura,

equipamentos e recursos técnico e humanos, necessários à consecução de projetos que as consorciadas desenvolvam em conjunto.

CAPÍTULO III

DO CORPO DISCENTE

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 200 - Constituem o Corpo Discente da Instituição os alunos regulares e os alunos não regulares.

§ 1º - Aluno regular é o aluno matriculado em curso superior de formação específica, de graduação ou de pós-graduação;

§ 2º - Aluno não regular é o aluno inscrito em curso de aperfeiçoamento, de extensão e em unidades curriculares isoladas de qualquer um dos cursos oferecidos regularmente, ou aluno visitante de outras instituições nacionais ou internacionais.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 201 - São direitos dos membros do Corpo Discente:

- I. Frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando diligência no seu aproveitamento;
- II. Participar das atividades curriculares e extracurriculares oferecidas aos discentes, desde que atendidas às normas específicas para tal;
- III. Utilizar os serviços administrativos e técnicos oferecidos pela IES;
- IV. Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos, respeitadas as exigências constantes do presente Regimento;
- V. Frequentar e utilizar as dependências da Instituição, observadas as normas regimentais, bem como específicas como de acesso, permanência, entre outras pertinentes;
- VI. Participar de ação colegiada na forma do Regimento Disciplinar Discente e da legislação em vigor;

- VII. Promover, organizar e participar de atividades artísticas, culturais, desportivas, cívicas, sociais e científicas quando autorizado pelo Diretor;
- VIII. Solicitar auxílio de professores, em seus horários de atendimento ao aluno, para o equacionamento dos problemas encontrados nos estudos de qualquer disciplina ou atividade, quando não forem decorrentes de visível desinteresse e infrequência voluntários;
- IX. Requerer trancamento de matrícula ou pedir transferência, obedecendo às normas e prazos fixados pela Instituição;
- X. Conhecer o registro de infração de eventual penalidade, tendo garantido o direito de defesa.

Art. 202 - Ao corpo docente são atribuídas as seguintes obrigações:

- I. Observar o regime escolar e disciplinar e comportar-se, no interior da Instituição, de acordo com princípios éticos;
- II. Zelar pelo patrimônio da Instituição;
- III. Cumprir com todas as suas obrigações acadêmicas, financeiras, contratuais e regimentais;
- IV. Participar efetivamente das atividades de ensino, objetivando o maior aproveitamento, mantendo respeito e atenção;
- V. Manter o decoro e o respeito em seus atos e atitudes para a manutenção, prestígio e crescimento da Instituição;
- VI. Comparecer, quando convocado, às reuniões dos órgãos colegiados, diretoria, departamentos e coordenações, para conhecimento ou deliberação de seu interesse;
- VII. Colaborar para a conservação, higiene e manutenção dos ambientes e do patrimônio da Instituição;
- VIII. Prestar informações aos responsáveis pela gestão escolar sobre atos que coloquem em risco a segurança de discentes, funcionários, visitantes ou ao patrimônio da Instituição;
- IX. Cumprir as normas de utilização de ambientes, equipamentos e orientações sobre prevenção de acidente na Instituição;

- X. Participar respeitosamente dos atos cívicos e culturais previstos no calendário de atividades;
- XI. Manter silêncio nas proximidades de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e demais dependências durante a realização de atividades de ensino;
- XII. Responsabilizar-se pelos materiais escolares e pertences particulares trazidos para a Instituição;
- XIII. Proceder de forma a não ferir a integridade física e moral das pessoas no âmbito da Instituição.
- XIV. Abster-se de manifestações denominadas popularmente de “troles” a calouros.

SEÇÃO III

DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Art. 203 - É assegurado aos estudantes o direito à organização dos seguintes órgãos de representação:

- I. Diretório Central de Estudantes;
- II. Diretórios ou Centros Acadêmicos na esfera dos cursos.

§ 1º - A organização, o funcionamento e as atividades da entidade estudantil são estabelecidos nos seus Regimentos, aprovados em assembleia geral dos alunos regulares.

§ 2º - Os órgãos de representação estudantil têm existência reconhecida, como entidades representativas, pela Instituição, a partir da aprovação de seus Estatutos pelo Conselho Diretor, levados em conta os demais dispositivos deste Regimento.

§ 3º - Os Diretórios ou Centros Acadêmicos, bem como o Diretório Central de Estudantes submeterão à aprovação do CONSU, acordos ou convênios com entidades nacionais ou estrangeiras, que envolvam o interesse da Instituição.

Art. 204 - O corpo discente tem representação, com direito à voz e voto, nos colegiados e nas comissões para tratar de matéria de ensino, pesquisa e extensão, instituídas na IES.

§ 1º - Cabe ao Diretório Central de Estudantes organizar as eleições ou indicações do corpo discente para representação nos órgãos colegiados da Instituição, bem como dos suplentes, vedado o exercício do mesmo representante em mais de uma representação.

§ 2º - A representação discente tem o número de membros e a duração do respectivo mandato indicados na composição do órgão ou comissão, conforme o caso.

§ 3º - A representação discente será exercida em órgãos colegiados, nos casos previstos neste Regimento.

§ 4º - Somente poderá exercer funções de representação estudantil, aluno integrante do corpo discente, regularmente matriculado em curso de graduação ou de pós-graduação.

§ 5º - A perda de condição de membro do corpo discente da Instituição implica a extinção automática do mandato.

§ 6º. Trancamento de matrícula, cancelamento, abandono ou conclusão de curso importa em cassação automática do mandato nos órgãos do Centro Universitário, cabendo a Entidade Estudantil a designação imediata do substituto.

Art. 205 - A indicação dos representantes junto aos órgãos colegiados da IES será feita ao Diretor, sempre que a entidade de representação estudantil for para isto convocada, respeitando-se os prazos exigidos na convocação.

Parágrafo único - Não atendidos os prazos estipulados na convocação, a indicação dos representantes será feita pelo Diretor.

SEÇÃO IV DA MONITORIA

Art. 206 - A monitoria objetiva o aprimoramento do ensino/aprendizagem na perspectiva discente, em unidades curriculares que necessitam de apoio para acompanhamento de grupos de alunos, bem como a outras atividades previstas em normas internas.

§ 1º - A monitoria será exercida por alunos regularmente matriculados, selecionados dentre os que se destacaram em determinadas unidades curriculares, demonstrando cultura e aptidão para a atividade.

§ 2º - O número de monitores, a seleção dos mesmos, os critérios para a escolha das unidades curriculares, a forma de atuação e a gestão do serviço serão definidos conforme ato do Diretor.

§ 3º - A admissão de monitores, sob a responsabilidade da Entidade Mantenedora, será feita de acordo com a legislação em vigor e a seleção, coordenada pelo Coordenador de Curso.

SEÇÃO V

DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Art. 207 - No limite de suas possibilidades técnicas e financeiras, e observadas as finalidades e programação específica, a Instituição prestará ao aluno assistência necessária à sua realização como pessoa e lhe oferecerá condições básicas necessárias ao seu encaminhamento para a formação como profissional pleno.

Parágrafo único - A assistência ao estudante poderá abranger, inclusive, orientação psicopedagógica e para o trabalho, apoio material e financeiro, este sob a forma de bolsas de estudos, conforme critério definido pela Entidade Mantenedora, podendo ser alterado quando e como lhe for conveniente.

SEÇÃO VI

DA ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA DOMICILIAR

Art. 208 - No âmbito dos cursos ofertados pela Instituição de Ensino Superior (IES), a frequência às aulas e demais atividades programadas para o componente curricular é obrigatória e constitui parte indissociável da avaliação do desempenho do discente.

Art. 209 – Farão jus à Assistência Pedagógica Domiciliar - APD:

- I. Discentes portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas que provoquem incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que esporádicas, conservadas as condições intelectuais e emocionais necessárias ao prosseguimento da atividade escolar (Decreto-lei 1044/69);
- II. Discentes grávidas, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses (Lei 6202/75); e
- III. Falta por motivo de guarda religiosa, Lei nº 13.796, de 03 de janeiro de 2019.

Art. 210 - Casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso do respectivo discente.

Art. 211 - As normas gerais de funcionamento da Assistência Pedagógica Domiciliar ficam regulamentadas em normativa própria complementar a este Regimento.

SEÇÃO VII DOS PRÊMIOS

Art. 212 - A Instituição poderá conferir a concluintes de curso de graduação e ou de pós-graduação, prêmios conforme regulamentação aprovada pelo CONSU.

CAPÍTULO IV DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 213 - O corpo técnico-administrativo da Instituição é constituído pelos servidores contratados a este título pela Mantenedora, e colocados à disposição da Instituição para prestar serviços não especificamente docentes, de acordo com a legislação trabalhista em vigor e com as normas da Mantenedora e da IES.

Art. 214 - No âmbito de sua competência, cabem aos setores específicos e aos órgãos da administração, a supervisão e a coordenação das atividades técnico-administrativas emanadas da Diretoria e superintendidas pelo setor de Gestão de Pessoas, nos termos deste Regimento e das normas da Entidade Mantenedora.

Art. 215 - Poderá o Diretor propor à Entidade Mantenedora a admissão ou a dispensa de servidores técnico-administrativos.

SEÇÃO II DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 216 - Os direitos e deveres do pessoal técnico-administrativo estão basicamente dispostos na legislação trabalhista, pela qual se regem os respectivos contratos.

Parágrafo único - Ao corpo técnico-administrativo compete ainda:

- I. Respeitar os valores institucionais, este Regimento e outras disposições institucionais em vigor;

- II. Realizar as atividades técnico-administrativas e operacionais e exercer funções de chefia e assessoramento previstas neste Regimento e no Plano de Carreira Técnico-administrativo;
- III. Participar, sem remuneração adicional, de comissões nomeadas pela Diretoria, para cumprir tarefas dentro da carga de trabalho contratada;
- IV. Abster-se de utilizar quaisquer meios fraudulentos na realização de seus trabalhos;
- V. Ter à sua disposição, nas instalações da Instituição, condições favoráveis ao desenvolvimento de seus trabalhos;
- VI. Comportar-se, dentro da Instituição ou em suas proximidades, de acordo com princípios éticos, não se envolvendo em atos que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes ou importem desacato às leis, às autoridades, aos professores, aos alunos e aos colegas;
- VII. Zelar pelo patrimônio da Instituição;
- VIII. Representar ou fazer-se representar nos órgãos colegiados conforme determina este Regimento;
- IX. Não se envolver em atos que contribuam para o desprestígio da Instituição;
- X. Abster-se de fazer propaganda de natureza político-partidária nas dependências da Instituição;
- XI. Cumprir com suas obrigações trabalhistas e contratuais.

TÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 217 - O ato da matrícula e de investidura em cargo ou função docente e/ou técnico-administrativo, importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem a Instituição, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação do ensino, neste Regimento e, complementarmente, àquelas baixadas pelos órgãos competentes, e às autoridades que deles emana.

Art. 218 - Constitui infração, punível na forma deste Regimento, o não atendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

Art. 219 - O Regime Disciplinar da IES objetiva garantir a integridade moral e física dos discentes, docentes e funcionários, com fins a assegurar o bom funcionamento acadêmico, bem como a preservação dos bens morais e patrimoniais institucionais, sempre pautado pelos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, ampla defesa e contraditório, constitucionalmente consagrados.

Art. 220 - Será considerada infração disciplinar a ação ou omissão prevista neste Regimento, que tenha se efetivado, ou produzido seus efeitos, em todo ou em parte, nas dependências da Instituição ou nos locais de realização de atividades relativas ao fazer pedagógico, especialmente o não cumprimento dos deveres e obrigações estabelecidos neste Regimento, ou ainda práticas e condutas em desrespeito a qualquer norma institucional.

§ 1º - Considera-se praticada a infração disciplinar quando da ação ou omissão, ainda que seja outro o tempo do resultado.

§ 2º - As dependências da Instituição incluem, para os efeitos deste Regimento, os bens móveis e imóveis de posse ou propriedade da Instituição.

§ 3º - O fazer pedagógico inclui todas as atividades de ensino, pesquisa ou extensão ligadas à Instituição, de caráter oficial, inclusive as realizadas fora de suas dependências.

Art. 221 - As normas disciplinares da Instituição observarão rigorosamente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, ampla defesa e contraditório, e as normas legais vigentes, os quais serão sempre consultados em caso de lacuna ou dúvidas interpretativas.

Art. 222 - Os que cometerem faltas em quaisquer espaços de atividades da Instituição estão sujeitos a sanções, de acordo com a gravidade, o envolvimento e a responsabilidade.

Art. 223 - São aplicáveis, na Instituição, as seguintes sanções disciplinares:

- I. Advertência;
- II. Suspensão, até 20 (vinte) dias;
- III. Desligamento.

§ 1º - Para aplicação das sanções a que se refere o caput deste artigo, far-se-á necessária a apuração dos fatos pelo Diretor, ou a critério deste e nos casos previstos pelo Regimento, por comissão devidamente constituída.

§ 2º - As sanções serão aplicadas com o devido conhecimento do discente, devendo ser dada ciência aos pais ou responsáveis quando se tratar de aluno menor de idade.

§ 3º - A sanção disciplinar aplicada a aluno não é registrada em seu histórico escolar, anotando-se apenas em livro de registro próprio da Instituição.

§ 4º - As sanções não excluem a obrigatoriedade do responsável em reparar e/ou indenizar os danos morais e/ou materiais que tenha causado à Instituição ou a terceiros, nem isentam os infratores das responsabilidades de ordem civil e/ou criminal em que porventura incorram.

Art. 224 - Na aplicação das sanções disciplinares levar-se-ão em consideração a gravidade da infração cometida, os danos causados, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, assim como os antecedentes do responsável e os elementos de dolo ou culpa.

§ 1º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

- I. Ser considerado aluno destaque pelo Colegiado do Curso ou ter bom rendimento escolar, assim considerado aquele sem reprovações anteriores em nenhuma disciplina;
- II. Ter realizado atividades de voluntariado na Instituição;
- III. Ser infrator disciplinar primário;
- IV. Cometer infração disciplinar por motivo de força maior;
- V. Ter confessado espontaneamente a autoria da infração;
- VI. Ter procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o cometimento da infração, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do fim do processo disciplinar, reparado o dano.

§ 2º - São consideradas circunstâncias agravantes:

- I. Reincidência em faltas da mesma natureza ou natureza distinta;
- II. Cometimento de falta por discente que se serve de anonimato ou de nome fictício ou suposto;

III. Ser faltoso, descompromissado e irresponsável com as atividades do curso que frequenta.

§ 3º - A ocorrência de agravante pode determinar a aplicação de medida disciplinar hierarquicamente mais alta.

§ 4º - A reincidência, por si, é agravante da pena que importa na aplicação da pena seguinte mais gravosa.

CAPÍTULO II DAS INFRAÇÕES

Art. 225 - Para Docentes e Técnicos Administrativos serão considerados os fatores listados em Código de Ética e Conduta como balizadores para a identificação de infrações.

Art. 226 - Em qualquer atividade de ensino, interna ou externa da Instituição é vedado aos discentes:

- I. Proceder de forma desrespeitosa, bem como, provocar ou participar de algazarras ou outras manifestações que perturbem a ordem;
- II. Cometer ofensa, quer física ou verbal, dano moral ou físico, contra qualquer pessoa no âmbito da Instituição ou contra a própria Instituição;
- III. Assistir às aulas sem a efetivação da matrícula;
- IV. Retirar de qualquer ambiente, sem estar legalmente autorizado, documentos, livros e equipamentos;
- V. Fumar em recintos fechados de uso coletivo e destinados às atividades acadêmicas no âmbito da Instituição, bem como portar qualquer substância tóxica entorpecente que altere transitoriamente a personalidade;
- VI. Permanecer ou participar de atividade sob o efeito de substância tóxica entorpecente que altere transitoriamente a personalidade;
- VII. Praticar jogos de azar ou atos que revelem falta de idoneidade;
- VIII. Apresentar comportamentos ou vestimentas que atentem ao pudor;
- IX. Facilitar a entrada de pessoas estranhas à instituição, mediante empréstimo de instrumento oficial de identificação da Instituição;
- X. Exercer atividades comerciais, político-partidárias ou de propaganda no âmbito da Instituição excetuando-se os casos devidamente autorizados;

- XI. Utilizar equipamentos da instituição em atividades alheias às de ensino;
- XII. Interromper as atividades de ensino sem autorização do órgão competente, ou mesmo realizar qualquer atividade/conduita que perturbe a ordem e prejudique as atividades acadêmicas nas dependências e intermediações da Instituição;
- XIII. Utilizar aparelhos/dispositivos eletrônicos e de comunicação em situações que impeçam o bom rendimento do processo de ensino e aprendizagem;
- XIV. Provocar danos materiais ao patrimônio da Instituição;
- XV. Portar ou fazer uso de armas de fogo ou qualquer instrumento que possa causar ferimentos, materiais inflamáveis, explosivos de qualquer natureza que represente perigo para si e para a comunidade;
- XVI. Organizar e/ou praticar trote em estudantes ingressantes;
- XVII. Usar de terceiros ou de meios ilícitos para auferir frequência, nota ou conceito;
- XVIII. Alterar ou deturpar o teor de documentos oficiais ou mesmo os registros de atividades práticas e acadêmicas da Instituição;
- XIX. Copiar, integral ou parcialmente, textos, obras literárias, artísticas, científicas, técnicas ou culturais de quaisquer fontes sem a devida citação de origem;
- XX. Copiar trabalhos, relatórios e provas de outros alunos, ou de documentos de terceiros, assumindo para si a autoria do documento;
- XXI. Fornecer ou receber/adquirir informações ou mesmo as provas e as avaliações por quaisquer meios, sejam oficiais ou não, de colegas ou de terceiros;
- XXII. Falsificar a assinatura de qualquer membro da comunidade acadêmica: Diretor, Coordenador, Docentes, Discentes e demais funcionários técnico-administrativos;
- XXIII. Comercializar, seja comprando ou vendendo, trabalhos, TCC, participações em avaliações, realização de unidades curriculares de Educação a Distância - EaD, nivelamento ou quaisquer atividades acadêmicas;
- XXIV. Obter benefícios acadêmicos, como por exemplo, alteração de notas e faltas, exceções/benefícios em processos de (re)matrículas, informações privilegiadas sobre atividades acadêmicas, avaliações ou estruturação de bancas de TCC, entre outros, quer por meio de contatos pessoais com funcionários da Instituição, que por outros meios ilícitos;
- XXV. Entregar documentos falsos ou prestar informações falsas para conseguir benefícios para si e/ou terceiros, especialmente atestados médicos, históricos

escolares, diplomas, informações sobre a presença em sala de aula, participação em trabalhos, entre outros;

- XXVI. Acessar conteúdos indevidos e pornográficos nas dependências da Instituição;
- XXVII. Conduzir o veículo de modo imprudente, perigoso e/ou estacioná-lo de forma incorreta na Instituição, desrespeitando, portanto, normas específicas relativas ao estacionamento;
- XXVIII. Utilizar recursos sonoros com volume excessivo no interior da Instituição;
- XXIX. Causar prejuízos financeiros e materiais à comunidade acadêmica e à Instituição;
- XXX. Falar em nome de qualquer pessoa da comunidade acadêmica, seja Diretor, Coordenador, Docentes, Discentes e demais funcionários técnicos-administrativos, sem a expressa anuência, e independente do motivo;
- XXXI. Utilizar indevidamente o nome e símbolos da Instituição;
- XXXII. Usar inadequadamente as redes sociais em desrespeito à comunidade acadêmica e à própria Instituição;
- XXXIII. Entrar e/ou permanecer nas dependências institucionais/acadêmicas portando ou ingerindo bebida alcoólicas de qualquer natureza e por qualquer meio;
- XXXIV. Gravar, produzir e/ou distribuir imagens, conversas ou registros de qualquer natureza, sem prévia e expressa anuência de qualquer membro da comunidade acadêmica;
- XXXV. Acessar computadores, softwares, dados, informações ou redes do sistema computacional da Instituição, sem a devida autorização, prejudicando, sob qualquer forma, o seu normal funcionamento;
- XXXVI. Divulgar, ceder ou comercializar, sem a autorização da autoridade competente, dados relativos a pesquisas e trabalhos acadêmicos da Instituição;
- XXXVII. Promover eventos, usando o nome da Instituição, sem a autorização da Direção;
- XXXVIII. Divulgar, por qualquer meio, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da Instituição e servidores, sem autorização;
- XXXIX. Efetuar transação comercial nas dependências da Instituição;
- XL. Constranger alguém a fazer o que a lei não permite;
- XLI. Utilizar o telefone celular ou outro equipamento eletrônico que interfira no bom andamento das atividades escolares;

- XLII. Fazer uso indevido de recursos tecnológicos (sites de relacionamentos, mensagens instantâneas, sites, e-mail, etc.) que venham infringir o presente Regulamento;
- XLIII. Agir de forma contrária aos bons usos e costumes em salas de aula e demais dependências da IES, ou fora deste, quando em visitas técnicas ou atividades complementares;
- XLIV. Usar de meios ilícitos durante a realização de avaliações ou trabalhos escolares;
- XLV. Usar de desonestidade para eximir-se das atividades escolares;
- XLVI. Descumprir as normas da IES que orientam o uso de instalações e serviços.

§ 1º - As condutas descritas nos incisos do presente artigo são meramente exemplificativas, não excluindo outras que possam incidir prejuízos e danos de qualquer natureza, não só à Instituição, mas a qualquer membro da comunidade acadêmica que possam ser devidamente equiparadas.

§ 2º - Coíbe-se ainda a prática de atos definidos como infrações pelas leis penais, bem como atos de desobediência, desacato ou que se caracterizem, de qualquer forma, como indisciplina ou transgressão às normas da Instituição.

Art. 227 - O discente responderá no âmbito da Instituição por quaisquer atos de infração, respeitadas, portanto, as disposições constantes do Título VII do presente Regimento.

Art. 228 - Quando comprovada a materialidade e autoria, o discente ou seu responsável legal deverá, obrigatoriamente, reparar os danos causados ao patrimônio da IES ou a terceiros, no âmbito da Instituição.

CAPÍTULO III

DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE

Art. 229 - A pena de advertência é aplicável ao professor que, sem justa causa, a juízo do Diretor:

- I. Não observar prazos estabelecidos;
- II. Deixar de comparecer, sem justificativa, ao ato escolar de sua obrigação ou para o qual tenha sido convocado;
- III. Faltar, sem justificativa, a mais de 3 (três) dias de aula consecutivos;

- IV. Não cumprir os horários definidos para suas atividades;
- V. Deixar de preencher o diário de classe ou outro instrumento de controle acadêmico exigido pela Instituição.

Art. 230 - A pena de suspensão é aplicável nos casos de:

- I. Reincidência nas faltas do artigo anterior;
- II. Desrespeito à autoridade escolar;
- III. Não-cumprimento, sem motivo justo, do programa ou carga horária de disciplina a seu cargo;
- IV. Desacato a determinações do Coordenador de Curso.

Art. 231 - A pena de dispensa é aplicável:

- I. Por abandono de emprego;
- II. Por incompetência científica, incapacidade didática ou técnica, desídia inveterada no desempenho das atividades escolares ou prática de atos incompatíveis com as finalidades educacionais da Instituição;
- III. Por reincidência de ato já merecedor de penalidade de suspensão;
- IV. Por atentar contra a pessoa ou bens de qualquer natureza pertencentes à IES;
- V. Por praticar ato atentatório à moral ou à ordem pública;
- VI. Por justa causa, nos termos da legislação trabalhista.

CAPÍTULO IV

DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE

Art. 232 - A pena de advertência é aplicável pelo Diretor, por danos materiais causados à Instituição, sem prejuízo de eventuais ressarcimentos, e dependendo do grau, pelo descumprimento de normas regimentais e/ou contratuais.

Art. 233 - A pena de suspensão, até 20 (vinte) dias, é aplicável:

- I. Por agressão/ofensa verbal a qualquer membro da comunidade acadêmica;
- II. Por improbidade na execução dos trabalhos escolares/acadêmicos;
- III. Por atentado doloso contra o patrimônio moral, científico, cultural ou material da IES;
- IV. Por tentativa de impedimento do exercício de funções pedagógicas, científicas ou administrativas na Instituição;

- V. Por descumprimento de quaisquer normas regimentais e/ou contratuais, não enquadradas nas circunstâncias estipuladas pelo artigo anterior.
- VI. Pela reincidência em infrações quando a sanção primária for de advertência.

Art. 234 - A pena de desligamento é aplicável:

- I. Pela reincidência em infrações referidas nos incisos do artigo anterior;
- II. Por agressão/ofensa física contra qualquer pessoa no âmbito da Instituição;
- III. Por injúria ou agressão ao Diretor, aos Coordenadores de Curso, ao corpo docente ou aos funcionários administrativos;
- IV. Práticas de atos definidos por lei, como crime ou contravenção punida com pena privativa de liberdade;
- V. Incitação à subversão da ordem e do bom andamento das atividades escolares;
- VI. Por atos incompatíveis com a dignidade da vida escolar;
- VII. Por apresentação de documentação fraudulenta no ato da matrícula;
- VIII. Por não comprovar a conclusão do ensino médio;
- IX. Por rescisão de contrato.

§1º. São competentes para aplicação das penalidades:

- I. De advertência e repreensão, os Coordenadores de Curso e Diretor;
- II. De suspensão e desligamento, o Diretor.

Art. 235 - O regime disciplinar discente será aplicado à vista da gravidade da infração, sendo desnecessária a aplicação gradativa das sanções estabelecidas neste Capítulo.

CAPÍTULO V

DAS PENAS APLICÁVEIS À REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Art. 236 - Perde a função de representante estudantil junto ao órgão colegiado o estudante que deixe de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, do órgão colegiado respectivo, ressalvados os casos de ausência imposta por motivo de força maior, a juízo do órgão colegiado, devidamente comprovado.

Art. 237 - O comparecimento inconveniente ou incompatível com a dignidade da função de representante estudantil, a juízo do colegiado respectivo, é considerado motivo suficiente para a destituição do representante, cabendo recurso da decisão para o órgão imediatamente superior na hierarquia administrativa.

Art. 238 - Ocorrida à destituição do representante estudantil cumpre ao respectivo Diretório Acadêmico designar imediatamente o seu substituto na função.

CAPÍTULO VI

DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Art. 239 - Aos membros do corpo técnico-administrativo aplicam-se as penalidades previstas na legislação trabalhista.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades é de competência da Direção da IES.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 240 - O Processo Disciplinar buscará a comprovação da existência de fatos e/ou de seus autores, bem como do grau de responsabilidade na prática da infração.

Art. 241 - Os Professores, Funcionários, alunos ou qualquer membro da comunidade acadêmica poderão representar por escrito, contendo a identificação do denunciante, do denunciado e a narração dos fatos tidos como infração, à autoridade competente, que também poderá agir de ofício caso tome conhecimento de alguma falta.

Art. 242 - Sempre que o ilícito praticado ensejar imposição de sanção de Suspensão superior a 3 (três) dias ou Desligamento, será obrigatória a instauração de Processo Disciplinar.

Art. 243 - A instauração de Processo Disciplinar será solicitada pelo Diretor, considerando os documentos relevantes do ato de infração.

Parágrafo único - Caso os fatos não configurem evidente infração disciplinar, a denúncia será arquivada junto à Direção.

Art. 244 - O Processo Disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) membros da comunidade acadêmica designados pelo Diretor.

§ 1º - A Comissão do Processo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Instituição.

§ 2º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

§ 3º - A Comissão do Processo Disciplinar tem poder para convocar pessoas para prestar depoimentos ou informações sobre os fatos objeto da apuração, notificar os pais ou responsáveis do envolvido, quando julgar necessário.

§ 4º - À Comissão Disciplinar compete autuar documentos, ouvir pessoas, colher subsídios que entender necessários, apresentar relatórios e parecer, encaminhando os autos do processo à autoridade que a mandou instaurar.

§ 5º - Não poderão participar na Comissão Disciplinar, consanguíneos ou afins do denunciante ou do indiciado, nem pessoas suspeitas com relação ao acusado e ao denunciante.

§ 6º - A arguição de suspeição ou impedimento de membro da Comissão Disciplinar deverá ser efetuada dentro do prazo de defesa, sob pena de preclusão.

Art. 245 - O prazo para a conclusão do Processo Disciplinar não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituiu a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 246 - Recebida a representação o Presidente da Comissão Disciplinar ou a Autoridade Competente convocará o infrator para que esclareça os fatos e apresente sua defesa no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, assegurando-lhe vistas ao processo.

Art. 247 - Os depoimentos serão prestados oralmente, podendo ser gravados ou reduzidos a termo, quando serão devidamente datados e assinados, não sendo possível trazê-los por escrito.

Art. 248 - O Presidente da Comissão Disciplinar ou Autoridade determinará a oitiva de testemunhas, juntada de documentos e/ou perícia, se entender indispensável para a compreensão dos fatos.

Parágrafo único - Caberá à Comissão Disciplinar ou Autoridade analisar as eventuais alegações de legítima defesa, estado de necessidade e exercício regular de direito.

Art. 249 - No Processo Disciplinar deve ser assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa aos indiciados, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 250 - A Comissão Disciplinar ou a Autoridade decidirá pela procedência ou improcedência do pedido, aplicando a pena cabível, de acordo com o definido neste Regimento.

Art. 251 - Da decisão, o discente será notificado por escrito para, querendo, recorrer por escrito no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da ciência, respeitadas as exigências dispostas no presente Regimento.

Art. 252 - O Processo Disciplinar finda com o Termo de Encerramento e, quando for o caso, com a comprovação do cumprimento da sanção disciplinar, que será encaminhado pela Comissão ao Diretor para a ciência e devolução ao arquivamento.

Art. 253 - A pena de suspensão não assegura ao aluno o direito à realização de avaliações, provas, trabalhos, ou quaisquer atividades acadêmicas eventualmente perdidas, nem mesmo a repetição dos mesmos ou, ainda, abono de faltas, exatamente por estarem inseridas no contexto da sanção.

Art. 254 - Serão nulos e de nenhum efeito os pedidos de trancamento de matrícula, transferência ou desistência com o objetivo de frustrar a conclusão do Processo Disciplinar e a aplicação da pena, sendo considerado revel o aluno que não comparecer às audiências ou sessão de julgamento.

Art. 255 - Se no curso do processo disciplinar surgir algum indício da prática de alguma infração penal, poderá, a Comissão Disciplinar ou a Autoridade comunicar o fato à Autoridade Pública competente.

Art. 256 - O Processo Disciplinar poderá tramitar eletronicamente.

Art. 257 - Serão aplicadas subsidiariamente as regras do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS

Art. 258 - Dos atos e decisões de autoridade ou órgão da Instituição cabem os seguintes recursos:

- I. Pedido de Reconsideração, para a própria autoridade ou órgão;
- II. Recurso Ordinário, nos casos de exercício da competência originária da autoridade ou órgão recorrido, a saber:

- a) De atos de professor em matéria didático-científica, para o coordenador, e, em matéria disciplinar, para o Diretor;
- b) De atos do Diretor, para o CONSU;
- c) De decisões de Coordenação de Curso para o Diretor;
- d) De decisões do Colegiado dos Cursos para o CONSU.

III. Embargos de decisões de Coordenação de Curso, no exercício de sua competência recursal, para o Colegiado dos Cursos;

IV. Recurso de Revista para o CONSU:

- a) De decisões do Diretor, no exercício de competência recursal;
- b) De decisões do Colegiado dos Cursos, no exercício de competência recursal.

§ 1º - Estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmadas pela instância revisora, as decisões contrárias à Instituição, proferidas em exercício de competência originária.

§ 2º - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a autoridade ou órgão que tiver prolatado a decisão remeterá, *ex officio*, o feito à instância imediatamente superior.

§ 3º - Em caso de recurso voluntário, a Instituição far-se-á representar mediante designação prévia.

Art. 259 - O pedido de recurso é interposto para o órgão ou autoridade recorrida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação ou notificação, pelo interessado, do teor da decisão, cabendo ao Diretor, no âmbito de sua jurisdição, o controle de tempestividade em primeira instância.

§ 1º - Na hipótese de pedido de reconsideração, o prazo para recurso ordinário fluirá a partir da data de publicação ou notificação da nova decisão.

§ 2º - O recurso não tem efeito suspensivo, salvo se a execução imediata do ato ou decisão recorrida puder trazer prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de seu provimento.

§ 3º - A autoridade ou o órgão declara, para fins do parágrafo anterior, o efeito dado ao recurso.

§ 4º - Com o recurso, pode o recorrente apresentar documentos.

Art. 260 - Interposto o recurso, é, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, aberta vista ao recorrido, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para apresentar suas razões, às quais podem ser anexados documentos.

Art. 261 - Recebido o recurso na instância superior, se tratar de órgão colegiado, é ele distribuído a um Relator, para emitir Parecer, a ser apresentado no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 262 - Apresentado o parecer, o recurso é submetido a julgamento, na primeira reunião do órgão colegiado respectivo.

Art. 263 - Julgado o recurso, o processo é devolvido à autoridade ou órgão recorrido para cumprimento da decisão proferida, salvo se o recurso tiver sido recebido no efeito suspensivo.

TÍTULO VIII

DO GRAU, DA COLAÇÃO DE GRAU, DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS HONORÍFICOS

CAPÍTULO I

DO GRAU

Art. 264 - Ao aluno que conclui curso técnico profissional de nível médio, de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu* a Instituição confere o grau correspondente.

CAPÍTULO II

DA COLAÇÃO DE GRAU

Art. 265 - O ato coletivo de Colação de Grau dos alunos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene do CONSU, sob a presidência do Diretor ou representante por ele designado.

§ 1º - Na Colação de Grau, o Diretor ou representante por ele designado tomará o juramento dos graduandos, em conformidade com as disposições legais e institucionais;

§ 2º - A requerimento dos interessados, e em casos especiais devidamente justificados, poderá a Colação de Grau ser feita individualmente ou por grupos, em dia e hora fixados pelo Diretor da Instituição.

CAPÍTULO III

DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 266 - Ao aluno concluinte de curso superior de Formação Específica, a Instituição expedirá o certificado correspondente conforme legislação específica, devendo o mesmo ser assinado pelo Diretor, Secretário Acadêmico, pelo diplomado e pelo colaborador técnico administrativo que efetuou o registro.

Art. 267 - Ao aluno graduado, a Instituição expedirá o diploma correspondente, devendo o mesmo ser assinado pelo Diretor, Secretário Acadêmico, ou o colaborador por ele designado e pelo diplomado.

§ 1º - O diploma emitido será encaminhado à IES registradora para os devidos registros e observado a legislação em vigor, em especial a Portaria MEC 1.095/2018

§ 2º - Ao aluno matriculado nos cursos de graduação que conferem o grau de tecnólogo, a Instituição expedirá, quando solicitado, os certificados de qualificação profissional correspondentes aos módulos concluídos.

Art. 268 - A IES expedirá Certificado ao aluno que conclui curso de especialização, aperfeiçoamento, extensão; devidamente assinado pelo Secretário Acadêmico e pelo Diretor.

CAPÍTULO IV

DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 269 - A Instituição poderá conceder título de Professor Benemérito e Professor “Honoris Causa”, por decisão do CONSU, tomada pelo voto secreto de 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

§ 1º - O título de Benemérito será concedido a pessoas que tenham prestado ajuda relevante à Instituição.

§ 2º - O título de Professor “Honoris Causa” será concedido a professores e pesquisadores ilustres, que tenham prestado serviço ou contribuição relevante à ciência, à técnica ou à cultura, em sentido genérico.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 270 - À Instituição é vedado promover ou autorizar manifestações de caráter político-partidário, racial ou religioso.

Art. 271 - A IES assegura o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cujas identificações civis não reflitam adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do interessado.

Parágrafo único - O registro do nome social nos documentos e sistemas institucionais seguirão as normas internas específicas para esse fim.

Art. 272 - As representações dos alunos serão consideradas apenas quando formuladas por escrito, devidamente fundamentadas e assinadas.

Art. 273 - A IES poderá manter publicações periódicas e outras por ele julgadas de interesse.

Parágrafo único - Nenhuma publicação que envolva responsabilidade para a Instituição poderá ser feita sem encaminhamento ao Diretor, ouvida, conforme o caso, a Entidade Mantenedora.

Art. 274 - A IES tem símbolos e insígnias próprios, segundo modelos aprovados pelo CONSU.

Art. 275 - Ressalvados os casos de alteração por disposições legais imperativas, este Regimento poderá ser modificado mediante proposta do Diretor, ou de metade ou mais membros do CONSU.

Parágrafo único - Qualquer alteração neste Regimento deverá ser aprovada por 2/3 (dois terços) do CONSU e, no que for de sua alçada, pela Entidade Mantenedora.

Art. 276 - As disposições que implicarem em alteração da estrutura curricular e do regime escolar serão aplicadas a partir do período letivo subsequente a sua aprovação no CONSU.

Art. 277 - A IES reservará, em seu orçamento anual, dotação própria para o processo de aperfeiçoamento de seu Corpo Docente, qualificação e expansão de seus recursos bibliográficos e apoio ao ensino e à extensão em geral.

Art. 278 - A Instituição informará suas atividades à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação sempre que solicitado, e nos processos junto ao sistema e-MEC.

Art. 279 - As taxas e anuidades escolares serão fixadas pela Mantenedora, atendidos os índices estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 280 - Fica reservada à Instituição o direito de não-renovação do contrato de prestação de serviços educacionais no caso de não-cumprimento, por parte do aluno, das cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de prestação de serviços educacionais.

Art. 281 - Os Colegiados e demais órgãos, dos vários níveis da administração da Instituição podem criar comissões especiais ou grupos de trabalho transitórios ou permanentes para estudo de problemas específicos ou para a coordenação de determinados programas ou setores de atividades.

Art. 282 - Os casos omissos serão apreciados pelo CONSU da Instituição e, sendo o caso, homologados pela Entidade Mantenedora.

Art. 283 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo CONSU.